



DIRECÇÃO NACIONAL DO PLANEAMENTO

RELATÓRIO GLOBAL DE SEGUIMENTO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE
CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA DECRP II

2009

Praia, Abril de 2010

O. Introdução

A produção deste relatório decorre dos compromissos assumidos no âmbito da Ajuda Orçamental a Cabo Verde e conforma com os Memorandos de Entendimento firmados.

A política de desenvolvimento do país tem evoluído num contexto de constrangimentos estruturais severos e limitações irreduzíveis¹. De entre as limitações potencialmente impedoras do crescimento realça-se a energia, os transportes e a geografia. Apesar desses desafios estruturais, Cabo Verde sustenta uma visão² de desenvolvimento audaciosa assente num sistema produtivo forte e dinâmico. A exequibilidade da visão clama por uma capacitação humana sustentada na tecnologia e cultura, inserida num contexto de desenvolvimento regional equilibrado, de solidariedade, justiça social, democracia e consciência ambiental. Essa exequibilidade é expressa por registos de realizações significativas que vão desde a estabilidade democrática, boa governação, elevado índice de desenvolvimento humano, melhorias nas relações laborais, protecção social e redução da pobreza até à expansão rápida do rendimento per capita.

A boa governação e credibilização crescente do Estado e das suas instituições têm-se revelado como recursos estratégicos para o desenvolvimento e são determinantes para o estabelecimento de parcerias e alianças para mobilizar recursos para a execução de programas de desenvolvimento, garantir a paz, estabilidade e solidez das instituições do Estado de Direito Democrático.

Face aos resultados de desenvolvimento conseguidos Cabo Verde entrou numa nova fase de desenvolvimento, deixando o grupo de países menos avançados; fazendo parte da Organização Mundial do Comércio e ainda assinou um acordo de Parceria Especial com a União Europeia) em que tem de enfrentar outros desafios. Um dos preços a pagar pelo sucesso alcançado é não pode candidatar-se a ajuda externa em moldes concessionais.

A grande ambição é ver o país transformado numa Nação próspera, sustentada numa economia moderna e competitiva. O processo de transformação em curso adopta uma Estratégia de Transformação que está intimamente ligada à consolidação da democracia, assente na solidez das instituições. A consolidação do regime democrático é um imperativo e tem como pressuposto a consolidação da Boa Governação enquanto factor chave de toda a estratégia de desenvolvimento.

O documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP) é um instrumento de planificação que articula as diferentes políticas e estratégias sectoriais de desenvolvimento. Este é o segundo relatório de progresso de execução do segundo documento de estratégia (DECRP_II 2008-2011). O relatório é um documento focalizado nas realizações do ano 2009.

A informação contida neste relatório é no essencial dos sectores e das suas avaliações, estudos sectoriais realizados conjuntamente com os sectores, no

¹ Cape Verde: Constraints to Growth, Transformation and Poverty Alleviation

² Visão ambiciosa para onde o país quer rumar.

quadro do seguimento da implementação das acções previstas nas matrizes da ajuda orçamental.

1. Revisitando a Visão e os Eixos Estratégicos

O DECRP prevê para o horizonte 2008-2011 que o país atinja um “desenvolvimento humano durável com base num sistema produtivo forte e dinâmico, na valorização do seu capital humano, na capacitação tecnológica e na sua cultura, no contexto de desenvolvimento regional equilibrado, de solidariedade, justiça social, democracia e consciência ambiental”. A visão global da estratégia assenta-se em objectivos estratégicos a médio prazo que aqui recapitulamos:

- A Transformação do Estado com base na modernização da administração pública e no reforço da administração municipal;
- A melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com a criação de mais espaços de participação, e a afirmação da qualidade da Nação como ganhos da democracia;
- Uma economia moderna e competitiva com vista à redução do desemprego para níveis inferiores a 10% e taxa de crescimento a dois dígitos;
- A sociedade de conhecimento para a inovação, qualificação e emprego e novas tecnologias de informação que conduzam à qualificação do capital humano;
- O reforço da capacidade de gestão do desenvolvimento nacional passando pela capacitação das instituições nas suas funções de seguimento e avaliação; e
- A Solidariedade Social com vista a redução da pobreza.

A concretização desses objectivos estratégicos passa pela implementação dos cinco eixos estratégicos sucintamente apresentados: Boa Governança/ Reforma do Estado cujo elemento essencial é assegurar que a função normativa e reguladora do Estado seja exercida com transparência na gestão da coisa pública. Capital Humano onde a capacitação dos recursos e das instituições passa pela modernização do sistema educativo, de formação técnico-profissional, estruturação e melhoria da qualidade dos serviços de saúde, promoção da cultura, e dinamização dos programas da juventude e desportos. Competitividade que se deseja seja assegurada através da estabilidade macroeconómica necessária ao desenvolvimento do país. Infra-estruturação económica e social promotora do desenvolvimento regional e coesão territorial. Coesão Social que tem em conta a melhoria das condições laborais, do sistema de protecção social, a dinamização do emprego, e a segurança alimentar.

2. Enquadramento macro

Orientações estratégicas:

- Crescimento forte e sustentado ancorado num contexto de estabilidade macroeconómica, que seja gerador de riquezas, de emprego e conducente à redução da pobreza e à inclusão social
- Economia competitiva suportada pela qualificação das pessoas, pela produtividade, pela qualidade e pela inovação

As estimativas mais recentes do Ministério das Finanças para a evolução da economia em 2009 apontam para:

- Taxa de crescimento do PIB em torno dos 4,5%, ligeiramente inferior ao verificado no período 2000-2006 de 5,4% (INE 2006). As projecções apontam para recuperações cadenciadas em 2010 e 2011, muito abaixo do previsto no DECRP_II (respectivamente 8,4% e 10,2%).

Apesar de ligeiramente inferior aos 5% avançados pelo OE₂₀₁₀, as estimativas reflectem a resiliência da economia em 2009, ano de recessão económica mundial marcado por uma média de crescimento do PIB de -0,8%. As repercussões negativas da referida recessão foram mitigadas através de um importante suporte do Governo à economia, graças ao espaço fiscal/orçamental que vinha sendo edificado nos anos anteriores. Realça-se a evolução da procura interna reforçada pelas medidas orçamentais de suporte adoptadas com o objectivo de atenuar as repercussões negativas da crise e proteger o poder de compra das famílias e a competitividade das empresas; e destaca-se a reprogramação do OE₂₀₀₉ nos inícios do ano que apresentou um pacote de estímulos à economia e uma abordagem integradora da coesão social. Assim, do cenário macro-económico, temos a destacar os seguintes pontos:

- O défice crónico da balança comercial regista uma redução acentuada no 4º trimestre de 2009 (26,7% em termos homólogos ao ano precedente) em resultado do decréscimo (9,8% no global) das importações de bens, aliado a um aumento (18%) das exportações, acompanhando o arrefecimento da actividade económica nacional.
- A taxa de inflação esperada em 2009 era de 1,4%, um decréscimo que vem da desaceleração da pressão inflacionária exercida pelo preço dos alimentos e do petróleo no mercado mundial. A meta traçada para 2009 era muito inferior aos 2,8% fixados na matriz.
- O IDE passou a superar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). As remessas dos emigrantes continuam importantes para o país embora tivessem diminuído o seu impacto face aos crescentes proventos das actividades turísticas. Essas remessas evidenciaram uma ligeira redução de 0,6%. O IDE por sua vez registou uma expressiva contracção, cerca de 40,4% face ao ano anterior, contrariando a tendência positiva que esta rubrica vinha seguindo nos últimos anos.
- O investimento público em 2009, de acordo com a meta acordada, deveria atingir a sua linha de base para 2007 que era de 13,9%.

- As reservas cambiais expressas em meses de importação (3,3 meses para 2009) acusaram uma redução em torno de 1,6% em decorrência da redução das entradas de capital externo.
- Porém, o comportamento do desemprego tem sido encorajador nos últimos anos. A taxa de desemprego da população adulta baixou para 18% em 2008 e a meta era de 14% estabelecidos para 2009. Acções no sentido de engajar as mulheres chefes de família, as mais prejudicadas pelo desemprego, estão a ser tomadas, de forma a debelar este contrangimento.
- O rendimento per capita atingiu 2 316 dólares dos EUA.
- A taxa de execução do orçamento da saúde foi de 98% (SIGOF), superior aos 80% estabelecidos na matriz do DECRP II.
- A taxa de execução do orçamento da educação foi de 82%, sido superior aos 80% estabelecidos na matriz do DECRP II.
- A taxa de crescimento demográfico prevista para o ano de 2007 (QUIBB 2007) foi inferior a 2% ao ano. As mulheres constituem 51,6% da população total, 46% da população activa e dirigem 46% das famílias cabo-verdianas.
- A esperança de vida à nascença é de 72,3 e 76,1 anos respectivamente para homens e para mulheres.
- O índice de desenvolvimento humano é de 0.736, uma evolução favorável contra 0.722 estabelecido como linha de base para 2007.
- A taxa de mortalidade infantil tem regredido ao longo dos anos e em 2009 foi de 21,7 por mil. A mortalidade de crianças até 6 semanas de nascimento tem-se mantido estável ao longo dos últimos 3 anos.

2.1 Finanças Públicas

Recuperada a credibilidade e capacidade de mobilização de recursos para o desenvolvimento junto aos parceiros, traduzida na assinatura de vários acordos de crédito e de donativos num montante global de cerca de 600 milhões de dólares, a execução orçamental passou a ser desconcentrada para os sectores/ministérios, particularmente no respeitante à cabimentação e liquidação no SIGOF. Esta situação permite que sejam automaticamente contabilizados e armazenadas na base de dados única do SIGOF os dados da execução situação que leva a ganhos de fiabilidade dos dados e de tempo de elaboração da Conta Geral do Estado.

- Foi produzido o Manual de Execução do Orçamento.
- A execução provisória das Contas Públicas de 2009 apresenta um saldo orçamental global de -5,7% do PIB, cerca de 4,8pp do PIB acima do valor registado no ano anterior.

O saldo corrente apresenta um superávit de 2.739 milhões de escudos, uma redução face ao período homólogo em torno dos 61,8%, resultante da evolução menos favorável das receitas correntes relativamente às despesas correntes. O saldo primário situou-se em -9,1% do PIB, o que representa uma

deterioração face ao período homólogo em que havia sido de negativo -5% do PIB.

A receita total (incluindo ajuda alimentar e donativos) atingiu 25,7% do PIB, uma redução de 4,2pp do PIB do ano anterior, reflectindo uma variação negativa de 8,9% em termos relativos. Esta evolução espelha essencialmente o comportamento das receitas fiscais que apresentaram sinais evidentes de contracção e a não arrecadação das receitas derivadas da venda de terrenos. A contracção registada nas receitas fiscais, à volta dos 13,2%, é justificada pela evolução dos impostos directos e indirectos que diminuíram 5,5% e 16,3% respectivamente, face ao período homólogo resultado em parte da medida tomada em 2009 de redução da carga fiscal – e do impacto da crise internacional sobre alguns sectores da actividade económica.

As despesas públicas registaram um crescimento homólogo de cerca de 8%, o que reflecte principalmente o acréscimo das despesas de investimento em torno dos 9,6% em associação com o aumento das despesas correntes à volta dos 7%, derivado em parte do aumento das transferências correntes (8,9%) e da despesa com pessoal (8%) conjugado com a diminuição dos subsídios e outras despesas em 9,4% e 0,7% respectivamente. Do lado das despesas de investimento observa-se uma taxa de execução à volta dos 85%. Tais desenvolvimentos contribuíram para que as despesas públicas passassem a representar cerca de 31,4% do PIB em 2009, mais 0,6pp do PIB que no período anterior.

- Em 2009 o rácio da dívida pública sobre o PIB alcançou os 59,4%, muito inferior ao tecto (70% do PIB) fixado no quadro do “Policy Support Instrument” (PSI) acordado com o FMI, e cerca de 1,9% a mais que o valor sobre o PIB registado em 2008.

Em termos relativos há um acréscimo da dívida pública total de cerca de 9,5%. Quanto aos rácios das suas componentes, a dívida externa evoluiu para os 40,3% do PIB enquanto a dívida interna atingiu os 19,1% do PIB, portanto em linha com a meta acordada no PSI acima.

- Relativamente ao sector monetário, o crédito interno apresentou uma evolução positiva face ao período homólogo (2008) de cerca de 10,5%, tendo principalmente na sua base a expansão do crédito à economia em cerca de 11,8% que, por sua vez, influenciou a trajectória positiva do crédito ao sector privado considerando que a quase totalidade do crédito à economia lhe é destinado.

Observa-se igualmente um aumento de cerca de 5,5% do crédito ao sector público administrativo na sequência do acréscimo ocorrido no crédito ao governo central (7,5%), invertendo assim a tendência de redução que esta rubrica vinha apresentando e que se explica pelo aumento das necessidades de financiamento do Governo na sequência dos esforços para executar uma política de suporte à economia.

- A massa monetária regista um crescimento homólogo de 3,3%, tendo alcançado em Dezembro o montante total de 105 451,7 milhões de escudos.

- O desenvolvimento das contas externas espelha o impacto da conjuntura internacional desfavorável durante 2009. Registou-se uma redução das exportações de bens e serviços em torno dos 11,9%, tendo do lado dos serviços pesado a queda significativa na entrada de receitas de turismo à volta dos 17,6%. Observa-se igualmente uma redução das importações de bens e serviços de cerca de 9%.

3. Os Eixos Estratégicos

3.1.1 Eixo I – Boa Governação / Reforma do Estado

A Boa Governação vem sendo factor elementar para a consolidação dos sucessos alcançados na criação de condições para a sua irreversibilidade e para a crescente credibilidade do Estado e das suas instituições. A Boa Governação é um recurso estratégico para o desenvolvimento do país particularmente na gestão transparente e conforme as leis.

3.1.2 Reforma do Estado e da Administração Pública

Orientações estratégicas:

Reforma do Estado

- Adequação gradual do aparelho do Estado na sua função eminentemente normativa e reguladora
- Modernização da máquina administrativa, para a eficiência e eficácia das políticas e medidas de políticas
- Implementação do Programa Estratégico para a Sociedade de Informação e do Plano de Acção para a Governação Electrónica
- Racionalização e redução das despesas públicas

Administração Pública

- Adopção de importantes instrumentos de condução das políticas públicas da reforma da administração pública,
- Qualificação dos serviços públicos e motivação dos recursos humanos

- A racionalização das estruturas com vista à modernização da administração pública (AP) tem, na nova Lei de Bases das Estruturas, no estabelecimento do Centro de Políticas Estratégicas e na melhoria da capacitação dos recursos humanos e desenvolvimento de competências, os inputs adequados.
- Está em curso a elaboração do relatório sobre o impacto financeiro e institucional (entre 2006 e 2010) e sobre novas perspectivas de racionalização na administração.

- Os instrumentos de gestão dos RH na AP (Lei de Bases da FP, PCCS, Avaliação do Desempenho, Revisão do Estatuto do pessoal dirigente e quadro especial em 2009) foram revistos e concluídos.
- A formação profissional contínua dos RH da AP ficou concluída e o Conselho de Ministros aprovou o Plano de Formação para a RE. Ficou igualmente concluído o curso de formação de Gestores Públicos. A Gestão previsional dos RH com a consolidação da desconcentração da base de dados dos RH a nível dos ministérios tornou possível a realização das progressões dos anos 2003, 2004 e 2005.

No que respeita à administração/governança mais próxima dos cidadãos, a Governança electrónica é fundamental para a redução dos custos e para a atracção do IDE e a competitividade das empresas instaladas.

As principais realizações centram-se no

- Lançamento do serviço multi-uso; e na aprovação pelo CM do Plano Estratégico de Expansão da Casa do Cidadão e certificação ISO 9001 da CC.
- Foram consumadas a reforma dos mercados públicos e a regulação das aquisições públicas mais a capacitação dos recursos humanos em 2009.
- A Agenda da Reforma foi socializada em várias ilhas do país em 2009 tendo como público-alvo os parceiros da comunicação social, operadores económicos, gestores públicos, estando em desenvolvimento sites na Internet.

Entretanto, a introdução do Passaporte Biométrico (PEC), componente importante da governança electrónica e modernização administrativa, está em fase avançada, não tendo ficado finalizado em 2009.

O PEC integrará o Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC) que se assentará na construção de uma única Base de Dados e uma estrutura tecnológica integrada para suportar a emissão de documentos de identificação e de viagem (Cartão Nacional de Identificação, Título de Residência e Passaporte electrónico).

Como resultado da governança dos últimos anos, Cabo Verde patenteia hoje bons índices de credibilidade externa e projecta, no plano externo, uma imagem de país confiável, seguro e competitivo. Esse resultado é largamente reconhecido pela comunidade nacional e pelos nossos parceiros de desenvolvimento.

Por conseguinte, critérios modernos de gestão da AP passam a ser aplicados e os indicadores como publicações sobre os direitos dos funcionários públicos e instrumentos de avaliação do desempenho foram produzidos. O país oferece liberdades económicas nas vertentes do negócio, despesas de governança e liberdade monetária que se comparam favoráveis com a média mundial.

Mas, não obstante os ganhos da execução de reformas a AP tem de ultrapassar constrangimentos que ainda dificultam a sua rápida modernização inibindo melhores níveis de eficiência.

3.1.3 Descentralização, Administração Local

Orientações estratégicas:

- Consolidação e aprofundamento do poder local e capacitação dos seus recursos humanos
- Consolidação da autonomia municipal
- Modernização da administração municipal
- Fomento da solidariedade municipal e a consolidação da tutela de legalidade

O objectivo de médio prazo estabelecido no DECRP II é implementar a política de descentralização.

A execução das actividades para 2009 regista:

- A montagem de uma rede de parceiros (ANMCV, Uni_CV, IEF, UCRE) para conceber e executar um plano de formação técnica dos municípios nas áreas de planeamento e gestão administrativa, financeira, patrimonial e dos recursos humanos.
- Prestação de assistência técnica aos municípios e melhoria nas relações de parceria entre a DGAL e os Municípios; e uma maior capacitação dos municípios em matéria de gestão financeira e direito municipal.
- A socialização da proposta de revisão dos Estatutos dos Municípios na Praia, Fogo, S. Nicolau, Santo Antão e São Vicente.

A nova versão está no Parlamento para aprovação final. Esses estatutos visam reforçar as competências dos municípios, a capacidade de fiscalização e controlo das equipas camarárias por parte dos órgãos deliberativos municipais, a participação dos munícipes nas decisões e organização dos serviços administrativos e do planeamento e gestão urbana, áreas sensíveis da gestão municipal.

- Foi produzida e socializada na Praia uma versão do estudo sobre a Descentralização e Reforço da governação

O estudo fornece um conjunto de subsídios para a adopção de novas medidas de política dirigidas à modernização e ao desenvolvimento municipal, ao fortalecimento da boa governação e da coesão social.

- Foi igualmente aprovada a Lei-Quadro da Descentralização administrativa do país.

A lei define orientações jurídicas e metodológicas claras para o processo de descentralização e a repartição das atribuições e competências entre a administração central e local e a transferência dos recursos necessários.

- Foi aprovada a Lei que define as categorias administrativas das povoações e as formas da sua elevação a vilas e cidades, os critérios e as responsabilidades dos municípios e as do Governo.

- Foi realizado o Fórum Internacional sobre Governança Local e Desenvolvimento Territorial na cidade da Praia, alargado a entidades públicas e privadas com participação de conferencistas internacionais.
- O Sistema de Informação Municipal (SIM) foi montado e instalado em 17 municípios.

O SIM trouxe melhoria substancial de comunicação entre os municípios e a Administração Central. O SIM trouxe ainda uma melhoria considerável da gestão fiscal e financeira municipal traduzida em ganhos de eficácia e rigor de gestão; maior transparência e celeridade na prestação de contas e maior eficiência na prestação de serviços aos utentes.

- Em matéria de endividamento o regime de crédito aos municípios é objecto de regulamentação com vista à sua adequação à capacidade económica e técnica de endividamento dos municípios. O ponto de situação aponta para a existência de uma proposta final de regulamentação (Dezembro 2009).

O desenvolvimento do projecto "Orçamento Participativo" está na fase de recrutamento de assistência técnica, formação /sensibilização das autoridades municipais e da sociedade civil de municípios piloto e concepção de um site próprio www.op-caboverde.org devendo os trabalhos continuar em 2010.

3.1.4 Justiça e Segurança no território nacional

Orientações estratégicas: 1. Justiça

- A concretização da reforma da organização judiciária
- Implementação da Reforma das Secretarias judiciais e do Ministério Público
- Continuação da requalificação do parque judicial existente
- Adopção de uma política coerente de qualificação e formação contínua dos agentes da justiça na área processual e das novas tecnologias
- Desenvolvimento e a ultimização da informatização dos tribunais
- Reforço da vertente de combate à violência baseada no género com vista a celeridade da resposta judicial e desagregação dos dados estatísticos sobre os crimes de VBG
- Promoção do acesso ao Direito, na sua fundamental vertente da informação jurídica.

2. Segurança

- Melhorar a qualificação e especialização das diferentes forças policiais integradas na Polícia Nacional
- Desenvolver um sistema de coordenação e articulação dessas forças tendente ao desmantelamento de redes de crime organizado e ao reforço da segurança nacional

Em matéria de desenvolvimento institucional e melhoria da legislação as realizações de 2009 apontam para:

- A reorganização institucional da PN.

- Socialização interna dos projectos Estatuto do Pessoal, Regulamento Disciplinar, Estatuto Remuneratório e Regulamento dos Critérios de Identificação da PN.
- Foram aprovados i) a Lei que Define o Regime Jurídico da Actividade de Segurança Privada em CV (Lei n.º 50/VII/2009); ii) a nova Orgânica do MAI que ainda não foi publicada; iii) a Lei sobre o Álcool, aprovada pelo Parlamento na globalidade; iv) o decreto-lei de Regularização Extraordinária dos Imigrantes (não publicada); e v) o diploma de regularização extraordinária dos Guineenses (não publicada).

Segurança no território nacional - A Segurança foi incorporada em Dezembro de 2009 aquando dos trabalhos preparatórios que antecederam a Parceria Especial com a União Europeia e na sequência da determinação internacional em mitigar as consequências do crime organizado transfronteiriço e o tráfico de droga, de estupefacientes e de pessoas.

Progressos significativos e resultados concretos foram alcançados em matéria de melhoria da qualidade da segurança durante 2009.

- Foi elaborada uma matriz sectorial conjunta de seguimento para o sector, objecto de uma coordenação inter-ministerial da execução. Essa matriz necessita contudo de algumas clarificações, facto esse assumido pelos parceiros e sectores.

O indicador relativo ao reforço institucional e coordenação vem sendo concretizado através da execução de medidas legais e realização de exercícios e operações conjuntas com a Polícia Judiciária e com a Polícia Nacional.

- As acções de formação e acções de fiscalização, em parceria com países como Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Estados Unidos, têm prosseguido de acordo com o programa e os acordos assinados com estes países. Foram realizados exercícios conjuntos de patrulhamento, de abordagens, de identificação de navios e outros num total de 202 dias o equivalente a 7152 horas.
- Foi aprovado o Plano Estratégico de Segurança Interna que incorpora três programas prioritários direccionados para a violência, criminalidade, manutenção da segurança, tranquilidade e ordem pública e securização do território.
- Foram elaborados os Instrumentos Base do PSS: Programa-Quadro de Segurança Solidária, Quadro Geral que fixa os Critérios de Apresentação dos Projectos para Financiamento e Modelo do Contrato Local de Segurança.

Em matéria de prevenção e de luta contra a criminalidade

- A taxa de casos³ investigados pela Polícia Judiciária e enviados ao Ministério Público com proposta de acusação atingiu os 66% em 2009 quando a meta prevista era de 55%.
- Vinte e seis (26) acções de formação especializada foram realizadas em benefício de 158 funcionários, realização que supera a meta traçada.

³ Calculada dividindo o total dos processos saídos com proposta de acusação pelo total dos processos enviados ao Ministério Público.

- A primeira tranche do desembolso para a aquisição do equipamento para a montagem das equipas conjuntas nos aeroportos e portos foi concedida em 2009. A equipa da Praia funciona com os funcionários da PJ faltando neste momento a integração dos elementos da PN.

Em matéria de protecção dos direitos dos cidadãos

- Foram montados e reforçados os mecanismos de protecção com o funcionamento das Casas de Direito (das 11 CD projectadas para funcionar em 2009, X funcionam).
- Foi produzido e apresentado o relatório sobre a luta contra a corrupção e a criminalidade conjuntamente com um plano de melhoria para 2010.
- Foi finalizado o projecto que cria e operacionaliza a Brigada de Investigação e Combate à Criminalidade (BIC2). A Portaria não foi publicada.
- Foram formados os operacionais para integrar de forma faseada esta nova unidade para os próximos três (3) anos.

Em matéria de coordenação do sector de segurança é consensual a premência de um espaço de diálogo, concertação e coordenação operacional.

- Continua operacional a Equipa de Coordenação Operacional de Segurança (ECOS) criada pela resolução do CM n.º 6/2005, 28 de Fevereiro.

A securização do território passa pela reforma e modernização das Fronteiras. Neste sentido, e conforme o previsto, em 2009

- Foi instalado e funciona nos aeroportos da Praia e do Sal o Sistema PASSE (Processo Automático Seguro de Saída e Entrada) que alia as exigências de um bom controlo de segurança com as exigências de facilitação na circulação.

3.1.5 Serviços Penitenciários e Reinserção Social

A reforma e modernização do sistema prisional proposta para 2009 no âmbito da Parceria Especial CV/UE, apresenta os seguintes resultados relativos aos 4 indicadores adoptados:

- Número de pessoas encarceradas beneficiárias de uma formação profissional: 248 reclusos das cadeias da Praia, São Vicente, Fogo e Santa Catarina. As acções de formação abarcaram a Carpintaria e Marcenaria, Cabeleireiro; Prevenção contra o Uso Abusivo da Droga e contra o VIH/Sida; Electricidade; Iniciação em Informática; "Artes em Cabedal"; e "Corte e Costura" nível 1.
- Número de pessoas encarceradas beneficiárias de alfabetização - Foram implementadas acções de Alfabetização de Adultos – 1ª, 2ª e 3ª Fase - em parceria com a DGAEA, beneficiando 158 reclusos das Cadeias Centrais da Praia e de São Vicente e das cadeias Regionais de Santa Catarina e Fogo.
- Dos dois estabelecimentos penitenciários a construir, apetrechar e implementar foi construído e apetrechado um (1) novo complexo prisional da Cadeia Central de S. Martinho na Praia.
- Número de agentes participantes de formação especializada dirigida aos (Guardas Prisionais) das cadeias centrais e regionais.

Em matéria de Formação/capacitação em 2009 a PN realizou cerca de 40 acções nos mais diversos domínios de especialização, como Fronteira Aérea e Marítima, Prevenção da Imigração Clandestina, Pilotagem e Manutenção de Embarcações, Investigação Criminal, Cursos para promoção a Chefes de Esquadra, Estágio para Oficiais com Funções de Direcção e Chefia, Incêndios Criminais, Formação Pedagógica Inicial de Formadores, Técnicas de Intervenção Policial, entre outras, contemplando cerca de 478 efectivos.

O combate às drogas tem privilegiado uma abordagem equilibrada e integrada que contempla as vertentes de prevenção, tratamento e reinserção social e, repressão. No âmbito da Prevenção e Luta contra a Droga e a Criminalidade

- Foram formados e integrados 238 novos agentes, número superior ao previsto (210). Neste momento encontram-se em formação mais 60 agentes. Nos últimos três (3) anos o número de agentes formados e integrados na PN é superior a 400.
- Teve início o processo de criação de uma BD a alimentar com informações da Linha SOS Droga, dos Apoios a Grupos, da Organização de Base Comunitária, ONG e indivíduos no âmbito da prevenção das toxicodependências, tratamento e apreensões.

Em matéria de capacitação dos serviços prisionais foram concretizadas

- 14 acções de formação que beneficiaram 463 guardas em domínios que vão desde a Formação Inicial à Formação Jurídica e Deontológica e Direitos Humanos.

Em 2009, a execução da rubrica Outras Transferências do orçamento da Comissão de Coordenação do Combate à Droga (CCCD) foi de 100% tendo sido satisfeita a meta estabelecida (2009, > 95%).

Em matéria de corrupção o número de casos e processos investigados pela Procuradoria Geral da República, é o seguinte:

- Procuradoria da República da Comarca da Praia – 74
- Procuradoria da República da Comarca de São Vicente – 65
- Procuradoria da República da Comarca do Sal – 26
- As propostas de leis contra o financiamento de terrorismo e perda de bens a favor do Estado foram finalizadas e prontas para envio à Assembleia Nacional.

Foram criadas 11 Casas do Direito, em 2009. Em matéria de registo de propriedade, as Casas de Direito, em funcionamento têm desempenhado um papel importante no quadro da Reforma do Estado, possibilitando informações cruciais aos requerentes, de forma desburocratizada.

⁴ Seis (6) processos pendentes e um processo (1) acusado.

⁵ Seis (6) processos existentes, do ano 2000 até 2010, e todos em instrução.

⁶ Acusados e condenados.

3.1.6 Migrações

Orientações estratégicas:

- Esforços a nível dos poderes central e local com vista a melhor conhecer as comunidades de origem desses fluxos e determinar medidas e actividades produtivas que estimulem as respectivas populações a se fixarem
- Proceder ao reconhecimento passado e presente da situação da imigração em Cabo Verde, analisando os aspectos determinantes que, em termos de pressupostos legais e de ambiência interna e externa, a condicionam.
- Recolher a opinião de instituições, parceiros e forças económicas e sociais, grupos de interesses, especialistas e personalidades sobre política nacional de imigração.
- Fazer o levantamento das obrigações assumidas pelo Estado de Cabo Verde no plano internacional, regional, comunitário e compilar toda a legislação em vigor no país relativa à entrada, permanência de cidadãos estrangeiros no país, regime de contratação de mão-de-obra estrangeira, gestão de fluxos de imigrantes.

3.1.7 Emigração

- Para o período 2005-2010 estima-se que a taxa média anual de emigração diminua para 1% contra os 1,5% observados nos períodos 1990-1995, 1995-2000, e 2000-2005 (DPNU7, 2009). Não é conhecido com precisão o número de cabo-verdianos a viver e a trabalhar no estrangeiro. A única certeza é que os EUA e Portugal são os países de acolhimento mais preferidos.

3.1.8 Imigração

- Em Junho de 2009 foi criada uma Comissão Interministerial para propor as bases da Política de Imigração com base nos vectores: 1) Combate à imigração clandestina e emprego de mão-de-obra ilegal e às situações socialmente degradantes que os mesmos possam comportar; 2) Gestão eficaz dos fluxos migratórios; e 3) Integração efectiva e harmoniosa dos imigrantes na sociedade cabo-verdiana.
- Os dados mais recentes indicam que a população imigrante aumentou cerca de 20% entre 1991 e 2005. A tendência é para a continuação desse aumento que deverá atingir 12 035 em 2010. Os dados constantes das autorizações de residência da DEF (2008) indicam que os principais países de origem são a Guiné-Bissau (19,8%), Portugal (13,8%), China (13,7%), Nigéria (11,5%), e Senegal (11,3%).

O Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento sobre Migrações, Globalização e Pobreza (DRC₂₀₀₇) diz que a maioria (76%) dos imigrantes em Cabo Verde é proveniente dos PALOP⁸.

As acções da Comissão Interministerial foram:

- Levantamento da legislação relativa á Imigração;

⁷ Divisão População das Nações Unidas

⁸ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

- Diagnóstico do funcionamento das instituições públicas que trabalham com a temática da Migração;
- Elaboração de projectos e propostas de financiamento (mobilização de recursos);
- Mobilização de financiamento para produzir o estudo “Imigração em CV”, base para o desenvolvimento da Política Nacional de Imigração; e
- Mobilização de assistência técnica, no âmbito da iniciativa MIEUX do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), para a formulação da Estratégia Nacional para a Migração, que ficará concluída em Julho de 2010.
- Desenvolvimento dos estudos: “O Perfil Migratório” da Organização Internacional das Migrações; e “Identificação das Necessidades de CV em Matéria de Asilo e Migração” do International Centre on Migration Policy Development, iniciativa da Holanda.

Ao abrigo da declaração de Parceria para a Mobilidade assinada entre a EU e CV e com o objectivo de gerir os fluxos migratórios, foram executadas actividades relacionadas com a promoção da imigração legal e o combate à imigração irregular, a promoção da capacitação, e encorajamento das transferências de dinheiro e de competências, e da promoção da migração circular e do regresso, de forma a reduzir o impacto da emigração de indivíduos altamente qualificados e de forma a contribuir para o desenvolvimento do país de origem.

Etapas a seguir - Os desafios a ganhar no domínio da Boa Governação para os próximos cinco anos de governação apontam para priorizar a execução de um programa de modernização da AP realista, consistente e conseqüente, ao serviço dos cidadãos e das empresas e promotora da Democracia, do desenvolvimento económico e da modernidade. A nível institucional – organizacional o Governo está determinado em assegurar o reforço e a consolidação das instituições, o aprofundamento da democracia e a procura de consensos alargados sobre matérias de maior interesse para o país. Igualmente está determinado em fazer aprovar e implementar o Estatuto dos titulares de cargos políticos de forma a haver a devida responsabilização dos mesmos na gestão da coisa pública.

Em matéria de consolidação do Estado de direito democrático a acção por desenvolver está direccionada para a execução do Plano de Reforço da Autoridade do Estado e de Promoção da Cidadania; e a realização do Fórum sobre o Reforço da Cidadania e participação.

3.2 Eixo II – Capital Humano

O desenvolvimento do capital humano é o principal pré – requisito para a realização dos objectivos preconizados para o crescimento da economia, integração no mercado globalizado e mitigação da pobreza.

3.2.1 Educação

Orientações estratégicas:

- Qualidade, deslocando-se o foco para o processo e resultados da aprendizagem
- Equidade, implicando uma grande sensibilidade institucional para as diferenças locais e sociais no acesso à educação
- Pertinência social e económica traduzindo-se numa procura constante de ganhos sociais e económicos
- Descentralização responsável e progressiva da gestão do sistema educativo de acordo com as potencialidades e capacidades das autarquias locais
- Parceria social, através do apoio às iniciativas privadas a todos os níveis do ensino

Cabo Verde, desde a independência, tem apostado na qualidade do ensino que oferece aos seus cidadãos. As reformas executadas nos últimos 15 anos provocaram profundas transformações no sistema educativo, resultando numa melhor adaptação às necessidades de desenvolvimento económico e social que é o objectivo de médio prazo adoptado.

O sistema educativo enfrenta o desafio transversal de implantar um Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens de forma a produzir indicadores que possibilitem conhecer o que efectivamente se ensina e o que se apreende, as provas de aferição e conseqüente estabelecimento de padrões de qualidade.

O desempenho do sistema educativo continua elevado em termos de cobertura, paridade, desempenho escolar (% de formados, repetência, abandono, docentes formados) execução orçamental, etc. Estando satisfeitos os indicadores de resultados adoptados.

O ensino básico é universal e obrigatório e cobre seis anos de escolaridade. A população escolar do ES vem diminuindo a partir de 2000/2001 prevendo-se um período de estabilização nos próximos anos o que poderá significar uma descompressão neste nível de ensino e a possibilidade de reordenar a afectação de recursos no sentido da melhoria da qualidade. De 90.640, em 2000/2001, passou para 73.548 em 2008/2009, resultado de uma tendência de redução demográfica na faixa etária coberta por este nível de ensino.

Progressos registados no ensino básico:

- As taxas líquida e bruta de escolarização têm conhecido melhorias passando de 53,9% e 65,0% em 2000/2001 para 62,0% e 71,3% em 2008/2009, com uma ligeira vantagem para as meninas com 67,0% e 76,7%, nesses anos

- A taxa de professores formados passou de 67,2% em 2000/2001 para 86,5% em 2008/2009;
- O rácio aluno/turma passou de 28 para 24 nesse período;
- A taxa de transição do EB para o ES aumentou 12,2% passando de 70,7% em 2000/2001 para 82,9% em 2007/2008. A maioria dos diplomados do EB prossegue estudos no ES. A rápida expansão do ES gerou melhorias do parque escolar com construções e reparações de mais escolas e salas de aulas.

No entanto, persistem ainda algumas assimetrias regionais.

O ensino médio tem natureza profissionalizante e actualmente recai sobre a formação de professores do ensino básico ministrada pelo Instituto Pedagógico.

- A pesquisa científica tem uma política de pesquisa e adquiriu algum equipamento e acervo bibliográfico.
- Foi criado o Serviço Pedagógico, Tecnologia e Investigação e
- Foi instituída a política de auto-avaliação para monitorar a qualidade do ensino oferecido pelas universidades privadas.

Em matéria de pertinência económica e social e apesar da oferta de ensino universitário e politécnico ser inferior à procura interna (exacerbada pela redução de oportunidades de oferta de formação no exterior) esforços vêm sendo desenvolvidos e o leque de novos cursos incluindo programas de pós graduação e mestrado foi alargado e direcciona-se para atender as prioridades de desenvolvimento do país.

A vertente profissional da educação de adultos - alfabetização e outras acções permanentes de aprendizagem e formação profissional orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão - inclui um leque diversificado de actividades de formação com ênfase no turismo, artes e ofícios, construção civil, mecânica, e electricidade, e novas tecnologias.

Em matéria de parceria social, o ICASE tem proporcionado apoios sócio-educativos diversos indo desde transporte escolar, bolsas de ensino e propinas, refeição quente, até a execução do programa Saúde Escolar, a todos os níveis de ensino. Essas acções são realizáveis também com a participação de instituições privadas, com as quais o ICASE firma acordos, reforça parcerias existentes e conquista patrocínios com as empresas, associações comunitárias, instituições do ensino público e privado e artistas visando o alargamento de apoios socio-educativos para alunos do ensino básico, secundário e superior, que têm ultrapassado as metas previstas.

3.2.2. Emprego / Formação Profissional

Orientações estratégicas:

- Estruturação e edificação de um Sistema Integrado de Educação/ Formação/ Emprego
- Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações e Competências Profissionais
- Estabelecimento de uma oferta formativa permanente para a Formação Profissional inicial
- Promoção e Desenvolvimento da Formação Contínua, com a participação das empresas e de outros parceiros sociais envolvidos na Formação Profissional
- Criação e implementação de um Centro de Formação e Actualização Permanente para formadores e tutores
- Organização de um sistema de informação estatística para a formação profissional, nomeadamente através da criação de um Observatório da Formação Profissional.

De acordo com o Inquérito Sócio-Económico₂₀₀₈ a população total activa era de 198 857 e a população empregada de 163 380 (51,4% homens; 46,1% mulheres) e a população desempregada de 35 745. A taxa de desemprego em 2008 era de 17,8% uma evolução positiva em relação ao dado do QUIBB₂₀₀₇ de 21,7% mas ainda muito elevada para a dinâmica de desenvolvimento que se quer imprimir.

Por conseguinte, o emprego foi erigido como um objectivo central das políticas de desenvolvimento, realizável inclusive pela coordenação de políticas tendo foco na criação de emprego produtivo. Dando mostras de determinação firme em combater o desemprego o Governo assumiu as seguintes acções:

- Dotou o Orçamento do Estado para 2009 de uma verba de 1,0 bilião de escudos
- Continuou a implementação da sua Política Nacional de Emprego.

Resultado mais recente:

- Entre 2000 e 2008 foram criados uma média de 2.384 postos de trabalho por ano. A geração de emprego foi 3,5 vezes superior à geração de desemprego.

Formação Profissional orientada para o emprego e inclusão social:

- A prestação de serviços de formação técnica e profissional regista o reforço da capacitação institucional dos centros de formação a nível local, a reestruturação do IEFP e a atribuição de competências em matéria de coordenação das actividades de formação, monitorização e avaliação, planeamento integrado e a reactivação do Fundo de Apoio ao Emprego e à FP e a coordenação conjunta do sector com os parceiros.

A orientação para o emprego e inclusão social tem na criação da unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações e na Unidade de Orientação Profissional e Vocacional e na criação de 4 Unidades Formativas nas Escolas Secundárias instrumentos importantes de realização.

Algumas realizações no ano de 2009:

- Programa de Aprendizagem de Jovens
- Promoção e desenvolvimento de acções de formação nos Pólos de FP
- FP e ensino técnico - componente profissional
- Apoio ao programa nacional de emprego e FP
- Programa de Estágios Profissionais
- Programa Soldado Cidadão
- Formação de Formadores
- Execução do Plano Estratégico de Formação Profissional
- Escola de Hotelaria (Praia)
- Centro de Formação Profissional da Praia; Variante; e do Fogo/Brava
- Implementação Sistema Integrado de Emprego e Formação Profissional

Bolsa do 1º Emprego – Estágios profissionais: Esta é mais uma medida activa de emprego focalizada sobretudo nos jovens com formação profissional. É um convénio que visa o reforço financeiro ao programa Estágios Profissionais e que vai contribuir para aumentar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O início da execução é 2010.

- O Convénio foi assinado entre o PAPNEF (Apoio ao Programa Nacional de Emprego e Formação Profissional) e o IEF. O Convénio visa financiar a execução do Projecto Bolsa para o 1º Emprego.

A produção de estatísticas pelos Centros de Emprego indica um aumento significativo da procura de emprego, embora seja preciso reavaliar o seu desempenho e forma de funcionamento.

- Em 2009 foi contabilizado um total de 962 utentes inscritos, mais 318 que ano transacto, uma maior adesão da população aos serviços disponibilizados pelos centros. Maiores procuras de emprego foram registadas nos Centros de Emprego do Mindelo e da Praia. Em relação à oferta de emprego registada em 2009 o total foi de 80.

Enquadrado no plano de criação de um Observatório de Desenvolvimento Social a funcionar junto do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social o sector está determinado em montar um Observatório do Emprego e da Formação Profissional, um instrumento de tratamento e análise de dados sobre o Emprego e Formação Profissional muito importante, de grande necessidade e mesmo estratégico para o sector. Realização:

- No mês de Dezembro de 2009, realizou-se na Praia um encontro alargado de socialização do Observatório de Emprego e Formação Profissional.

Etapas a ultrapassar: Continua desafio a ligação/articulação da educação com o sistema de formação profissional e a sua adequação à realidade empresarial e ao mercado de emprego, apesar das medidas que têm sido implementadas. O défice de qualificação profissional em geral é outro desafio e um dos factores determinantes da pobreza particularmente no meio rural.

3.2.3 Saúde

Orientações estratégicas:

- Reorganização do Serviço Nacional de Saúde
- Oferta de cuidados de saúde que sejam acessíveis e que englobam todas as dimensões do ser humano e capazes de seguir os episódios de doença ou de risco, o que pressupõe uma organização de serviços, sobretudo da atenção primária
- Execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos
- Rever e adequar a rede de estruturas na sua diversidade de tipo e de competências

Os indicadores de saúde são bons de modo geral e a grande ameaça que se coloca são os relapsos e o grande desafio é revertê-los, caso aconteçam.

Em matéria de vigilância integrada de doenças transmissíveis e a respeito do SIDA

- Há a notar que a proporção de mulheres grávidas que utilizaram os serviços pré-natal e beneficiaram de Aconselhamento e teste de despistagem atingiu 93,7% em 2008, muito acima dos 13% da linha de base (IDSR_2 - 2005) e da projecção 40% contida nos documentos oficiais.
- Nenhuma estrutura de saúde que oferece tratamento anti-retroviral sofreu ruptura de stock de drogas anti-retrovirais.
- A percentagem de empresas privadas (com 30+ empregados) investindo em actividades de apoio ao Plano Estratégico Nacional HIV /SIDA 2006-2010 foi de 22% (19 de 85) de acordo com o CCS-SIDA acima dos 10% previstos.

A taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos atingiu 25,7 por mil em 2007, sendo que a linha de referência no DECRP_II é de 28,6 por mil. Em 2008 subiu para 28,1 por mil.

- O número de partos assistidos por profissionais qualificados (médicos e enfermeiras) nas estruturas de saúde, no período 2005 a 2008 evoluiu de 8 773 para 9 475. Em termos relativos foi de 75,9% (2005) e 74,6% (2008) e segundo os dados das Delegacias de Saúde, Hospital Regional e Hospital Central. A linha de base estabelecida (74,4%) para 2007 foi excedida ligeiramente em 2008.
- O número de casos notificados de malária por 100,000 habitantes no ano 2008 foi 4,0 contra os 4,5 previstos para o mesmo ano.
- A Incidência de Tuberculose por 100,000 habitantes no ano 2008 foi de 39,2 uma evolução muito positiva se comparada com os 56 estabelecidos no DECRP_II para esse ano. Verifica-se uma tendência decrescente desde 2003 quando foram registados 65 casos.
- A percentagem de mulheres dos 15 aos 49 anos casadas ou em regime de união de facto que usam algum método contraceptivo foi de 29,0% em 2008.

A epidemia da Dengue que surgiu nos últimos quatro meses de 2009 veio a exigir uma acção mais forte de combate à epidemia – que contou com o forte apoio da comunidade internacional - e deu um alerta à necessidade da melhoria da situação fitossanitária no país, com incidência na cidade da Praia. Porém a resposta do Serviço Nacional de Saúde foi imediata, dando resposta à epidemia, fazendo com que Cabo Verde hoje divulgue a sua experiência em importantes

fóruns mundiais sobre a dengue, tendo realizado no país uma conferência sobre a temática.

Contudo o país deve estar melhor preparado para enfrentar quaisquer crises futuras. Não é conhecido ainda o impacto económico e financeiro da epidemia da dengue sobre o país em matéria de turismo e saúde pública.

Um novo indicador foi introduzido na matriz de desempenho sectorial e focaliza as condições sanitárias e ambiente saudável. Esse indicador tem a ver com a luta anti-larval do mosquito vector do paludismo e vem incorporado no Plano Estratégico de pré-eliminação do paludismo.

3.2.4 Juventude e Desporto

Orientações estratégicas:

- Melhoria das condições de participação dos jovens na vida social, política, económica e cultural do país
- Aprofundamento e reforço das políticas de valorização do capital humano com atenção prioritária ao papel dos jovens nas oportunidades de desenvolvimento

Determinado em aprofundar e reforçar a sua política de valorização e inserção dos jovens e mulheres no processo de desenvolvimento socioeconómico, o governo vem proporcionando melhores condições para a sua participação qualitativa na vida social, política, económica e cultural.

- Assim, em 2009, e no âmbito da promoção da cidadania e apoio aos jovens funcionam 15 Centros da Juventude (CEJ) e vários Telecentros cujo objectivo é promover o desenvolvimento integrado dos adolescentes e jovens, especialmente em matéria de Saúde Reprodutiva e de Inserção Económica e Social.

Em matéria de capacitação humana e institucional, as realizações foram direccionadas para a:

- Produção de material educativo (e.g. "Agenda Jovem" com 3.000 exemplares de tiragem);
- Formação de jovens (dos Centros e TeleCentros, e Jovens Voluntários) e líderes associativos e comunitários em matéria de Saúde sexual e reprodutiva, HIV/SIDA, Droga, Metodologias em Educação para a Saúde; Aconselhamento a Jovens; Associativismo e Voluntariado com vista a prestar melhor serviço aos jovens e à população em geral.
- Foram adquiridos equipamentos informáticos para quatro (4) Gabinetes de Apoio às Actividades Geradoras de Rendimento, Orientação Escolar, Vocacional e Profissional e de Avaliação de Projectos nos diferentes Centros da Juventude de diferentes concelhos.
- Foi igualmente adquirido equipamento de formação para equipar o Serviço de Assistência Clínica em Saúde Reprodutiva em algumas localidades.
- Porém o Plano Estratégico para a Juventude e o Plano Operacional ainda não foram actualizados.

Em matéria de inserção na vida activa, vertente fundamental da inserção dos jovens, foram efectuados:

- Treze (13) formações em Actividades Geradoras de Rendimento (e.g. corte e costura, culinária) nos diferentes concelhos do país.
- Foram activados os Gabinetes de Apoio às AGR, de Orientação Escolar, Vocacional e Profissional e de Avaliação de Projectos nos Centros da Juventude de Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo, São Filipe, Ribeira Brava de São Nicolau; e
- Foram prestados apoios a jovens mães na realização de AGR em empreendedorismo e desenvolvimento de Plano de Negócios e Contabilidade.

Em matéria de descentralização das actividades dos Centros de Juventude foram adquiridos dois (2) Centros Móveis para as ilhas de Santo Antão e interior de Santiago.

Os centros facilitam a participação nas actividades IEC, formações em vários domínios, e em tecnologias de informação aos jovens de localidades dispersas e isoladas não abastecidas em energia eléctrica. Ainda no âmbito do funcionamento dos Centros de Juventude, realçamos:

- A inauguração do Centro da Juventude da ilha do Maio. Estas realizações possibilitam aos jovens um espaço polivalente capaz de fornecer um vasto leque de serviços e apoios.
- O desenvolvimento, em 2009, de actividades conjuntas com instituições como as Delegacias de Saúde nos vários bairros urbanos em matéria de prevenção contra a Gripe A; e Luta contra Dengue. Com o ICCA para assinalar o Dia Internacional da Criança e para aconselhamento psicológico e registo de crianças. Com a Direcção Geral do Ambiente, nomeadamente em campanhas de limpeza, pintura e reabilitação de casas de famílias carenciadas por ocasião do Dia Mundial do Ambiente. Com a CCCD em palestras, formação de formadores para líderes juvenis e jovens voluntários do CEJ da Praia, etc. Com a Federação Cabo-verdiana de Solidariedade na recolha de géneros alimentícios para famílias carenciadas, reabilitação e pintura de casas para assinalar o Dia Mundial da Luta Contra a SIDA e o Dia Internacional do Voluntariado.
- Funciona a tempo inteiro os Gabinetes instalados nos Centros da Juventude de São Vicente, Praia e Santa Cruz, pois há técnicos disponíveis. Os restantes funcionam com apoio dos parceiros (apoio técnico).

Como indicador de resultado 216 jovens dos vários concelhos do país, sobretudo mães, foram formadas em AGR e Empreendedorismo. Doze (12) jovens mães obtiveram apoio para implementar o seu próprio negócio. Das formações em curso beneficiam jovens mães sendo 20 de São Domingos, 20 de São Vicente e 15 da Ribeira Brava de São Nicolau.

Por outro lado, está em desenvolvimento um Programa de Comunicação para a difusão e sensibilização de actividades relacionadas com a juventude... e a abertura e funcionamento de Pousadas de Juventude e o programa Cartão Jovem.

No tocante ao desporto, as realizações mais importantes, durante 2009 foram:

- A Lei de Bases do Sistema Desportivo foi revista e está a ser socializada com os parceiros nacionais.
- O processo de produção da Carta Desportiva Nacional foi desencadeado mas a sua elaboração só deve iniciar em Janeiro de 2010.

- Foram regularizadas todas as contribuições Estatutárias com os Organismos Internacionais a que CV está filiado à excepção do Conselho Superior do Desporto em África (CSDA).
- Em cooperação com as Câmaras Municipais, com as escolas e com as entidades privadas várias infra-estruturas desportivas foram reabilitadas, requalificadas ou experimentaram melhorias sensíveis para uso dos utentes e das populações no geral.
- Hoje todas as ilhas, à excepção da Brava, possuem um Estádio Municipal com relva sintética.
- A construção do Estádio Nacional está marcada para iniciar em Fevereiro de 2010.
- Foi disponibilizada verba para a compra de materiais e equipamento para o Centro de Medicina Desportiva da Praia e o governo português ofereceu vários materiais desportivos para as Escolas de Iniciação Desportiva bem como um lote de livros e revistas.

Em matéria de formação contínua de agentes desportivos regista-se

- A formação de treinadores jovens nas modalidades de Andebol e Basquetebol, focalizada nas Escolas de Iniciação Desportiva, das Regiões Desportivas de Santiago Norte e Sul e na Delegação do MEES da Praia. Regista-se uma Formação de Formadores (Mindelo, Outubro 2009) para Professores de Educação Física e Treinadores de diferentes modalidades. Agentes desportivos e funcionários da DGD beneficiam de uma Bolsa de Estudo para formação superior no país em Fisioterapia (2) e Educação Física (3); Direito (2), Serviços Sociais (1), Contabilidade e Administração (1) e Economia (1) em parceria com instituições de ensino superior. Na Brava foi realizada uma sessão de formação de árbitros de Andebol (participaram formandos do Fogo) e em Santo Antão foi ministrada uma formação de árbitros e treinadores de Andebol e outra sobre “Planificação de uma Época Desportiva” para os Agentes Desportivos de Santo Antão.

3.2 Eixo III – Competitividade

Promoção dos sectores dinâmicos da economia e melhoria do padrão de especialização da economia.

Orientações estratégicas:

- Desenvolvimento da competitividade do turismo
- Apoio ao investimento privado nacional
- Internacionalização dos serviços e sua competitividade
- Modernização e internacionalização do sistema financeiro
- Desenvolvimento integrado do meio rural

O Governo aposta firme na optimização dos factores chaves da competitividade global que constituem vantagens competitivas importantes para a atractividade do país ao investimento privado, com realce para os aspectos ligados à transparência das operações da administração pública, promoção e protecção do investimento privado, da propriedade, liberdade e direitos cívicos, prevalência da lei, e do direito à segurança de pessoas. Por conseguinte, a competitividade global do país tem na Boa Governação e na Estabilidade Macroeconómica os seus pilares fundamentais.

3.3.1 Agricultura⁹

O objectivo de médio prazo para a agricultura é desenvolver um sistema integrado agro-silvo-pastoril de exploração intensificado e diversificado e de valorizar os produtos agrícolas nacionais.

- A gestão das bacias hidrográficas como unidade de gestão territorial, enquadrando os diferentes intervenientes (associações, privados, instituições estatais e não estatais), tendo em conta as infra-estruturas realizadas, as intervenções agro-silvícolas e as medidas a serem tomadas em permanência é a orientação política de base adoptada para o sector.

Os projectos Ordenamento e Valorização da Bacia Hidrográfica dos Picos e Engenhos foram avaliados, a meio percurso, por uma entidade externa.

- A realização de actividades de conservação de solo permitiu o ordenamento de uma área total de 52ha (77,0%) nas duas bacias hidrográficas contra uma projecção de 67,5ha. A realização financeira global é 93% discriminada assim: uma taxa de 95% para a bacia dos Picos e de 89% para a bacia dos Engenhos.
- Vários diques de captação e de correcção torrencial e barragens subterrâneas e muro em gabião, foram construídos. Regista-se perfuração, equipamento de furos e ensaios de bombagem realizados nas duas bacias e foram construídos 5 reservatórios que atingiram a sua capacidade em 2009. Estão em construção 2 reservatórios suplementares com as capacidades 2 000 e 2 500m³ na Bacia Hidrográfica dos Engenhos com a verba remanescente do financiamento. A realização das infra-estruturas prevista no projecto permitiu a mobilização 5 252m³ de água por dia. A água captada nos reservatórios e diques de captação permanecem por sete meses após o período pluvial (Outubro a Abril) enquanto os furos fornecem a água corrente.
- A quantidade de água mobilizada a nível das duas bacias hidrográficas permite irrigar uma área total de 146ha possibilitando o enquadramento de cerca de 730 agricultores em benefício de 3650 agregados familiares.

No subsector Silvicultura, durante 2009 o sector florestal focalizou acções de promoção da gestão sustentada e integrada dos recursos agro-silvo-pastoris em conformidade com as condições agro-ecológicas e socioeconómicas. Foram executados projectos como:

- Criação de Novas Áreas Florestais;
- Ordenamento e Manutenção de Perímetros Florestais;
- Realização do Inventário Florestal Nacional;
- Protecção dos Recursos Naturais na Ilha do Fogo - Fase II - prolongamento;
- Reforço das capacidades no domínio da sensibilização, prevenção, gestão e combate a fogos florestais (TCP/CVI/3101 -D).

Para realizar os objectivos inseridos na Estratégia Agrícola a DGASP elaborou:

- O projecto "Gestão sustentada das áreas florestadas de Cabo Verde" e o projecto "Jatropha curcas Cabo Verde - Ilha do Fogo" cuja execução será iniciada em 2010.

⁹ P.A.G.I.R.E – Cabo Verde Revisto. Volume I Diagnóstico – Março 2010. Relatório Engenharia Rural 2009

- Foram elaboradas as fichas de projecto referentes à Conservação de Phoenix Atlântica e Recuperação Ambiental da paisagem característica da Boa Vista que foram submetidas posteriormente a financiamento externo.

Prevê-se a realização de estudos da Bacia Hidrográfica de Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão, financiado pelo BADEA, a fundo perdido, e das Bacias Hidrográficas de Sorno, Fajã de Água e Ferreiros na ilha da Brava, financiado pela UE. Prevê-se ainda a preparação dos seguintes projectos:

- Correção Torrencial Integrada da Bacia Hidrográfica de Ribeira Brava;
- Correção Torrencial das Bacias Hidrográficas de São Vicente;
- Desenvolvimento Agrícola da Ilha de Boavista;
- Submeter as financiamento do Projecto de Calhau;

3.3.2 Pescas

O grande objectivo de médio prazo para o sector das pescas é aumentar a sua contribuição para a formação do PIB. Essa contribuição tem atingido a tímida proporção, entre 2004 e 2007, de 0,6% em média.

As pescas empregam cerca de 5% da população activa, taxa que se situa abaixo dos 12% anuais inseridos na matriz sectorial para o horizonte do DECRP. Para se atingir tais objectivos, o sector desenvolveu as seguintes acções durante 2009:

- Deu combate à pesca ilegal.
- Iniciou a implementação do Sistema de controlo das embarcações via satélite (VMS).
- Elaborou o Plano de gestão dos recursos da pesca e procede à revisão do Plano de fiscalização da ZEE.
- Deu continuidade à organização das comunidades piscatórias em associações e deu continuidade à capacitação das mesmas no domínio de gestão.
- Proceceu à modernização das infra-estruturas de frio.
- No quadro do aumento da segurança sanitária, a construção do Laboratório oficial dos produtos da pesca está prevista para 2010.
- Manteve o transbordo de pescado nos portos.
- Actualizou as informações sobre os stocks pesqueiros (camarão e caranguejo).
- Elaborou dois projectos de avaliação de stock de camarão e caranguejo de profundidade em Santa Luzia e S. Vicente.
- Realizou campanhas de sensibilização da população quanto à necessidade de conservação e protecção das tartarugas marinhas e fiscalizou as praias de mar com o envolvimento das comunidades piscatórias, instituições públicas e privadas e a sociedade civil organizada.

Verifica-se um bom desempenho na execução do Plano Ambiental Intersectorial na vertente das Pescas.

- Destaca-se a aprovação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca para 2010 - B.O. I Série N.º 18 de 4 de Maio de 2009;
- O lançamento da compilação "Legislação Pesqueira de Cabo Verde" II volume;
- A assinatura de acordos com a CETMAR, que irá reforçar o sector de inspecção e fiscalização de actividades da pesca na Zona Económica Exclusiva;
- Aumento de 32% de exportações de produtos da pesca, e redução de 2% de importação dos mesmos; e

- Aumento de produção de gelo nas unidades existentes e criação de novas unidades.

3.3.2 Turismo

O objectivo de médio prazo, contido na matriz global, clama pela melhoria da eficiência da promoção turística e pela qualidade dos produtos e serviços oferecidos. A estratégia adoptada é a mais abrangente e sustentável com um maior conteúdo local. Assim, o plano estratégico do sector (PEDTCV2010-2013) foi aprovado em Dezembro de 2009 em Conselho de Ministros e está em processo de socialização.

Como sugerido, o plano incorpora o ambiente como um activo, defende a promoção do ecoturismo particularmente nos parques naturais e áreas protegidas criados e tem na minimização dos possíveis impactos ambientais derivados das actividades turísticas uma prioridade.

A revisão da Legislação sobre Turismo está em curso prevendo-se que seja aprovado em finais de 2010. Ainda em termos institucionais, o sector passou a ter um Director Geral preenchendo assim um vazio que existia e ganha dinâmica.

De acordo com o INE e segundo os dados do Inquérito à Movimentação de Hóspedes entraram nos estabelecimentos hoteleiros perto de 333 354 hóspedes que corresponde a uma variação positiva de 6,5% face ao ano anterior. Esse indicador é inferior ao estipulado para 2009 (370 000) na matriz do DECRP_II situação que pode ser explicada pela crise internacional. A ilha do Sal continua a ser a que mais acolhe hóspedes (57% do total) entrados.

3.3.4 Serviços

Em matéria de serviços de apoio há uma melhoria da competitividade dos serviços através das 11 Agências internacionais financeiras que operam no país, número superior à meta de 2011 estabelecida na matriz e que foi alcançado antes de 2009. O cadastro comercial regista um total de 20 empresas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), criadas em 2009.

A maioria está estabelecida na Praia e dedica-se à telecomunicação por fio, sem fio e por satélite. A meta estabelecida para 2009 (6) foi largamente superada.

3.3.5 Sector Privado

A dinamização do sector privado como líder do desenvolvimento da economia é o grande objectivo de médio prazo. As autoridades estão sintonizadas com os dados do Doing Business que aconselham a melhoria do ambiente de negócios e a afirmação do sector privado na economia do país, contribuindo para o crescimento e elevação dos índices de emprego. Neste quadro reagistam-se progressos significativos que derivam em particular da entrada em

funcionamento da “Casa do Cidadão”, na Praia e a Casa do Cidadão móvel, para Santiago Norte.

Assim, e em consequência foram criadas facilidades para fazer negócios situação que possibilita a consolidação do papel do sector privado como líder do desenvolvimento da economia. Enumeram-se os seguintes ganhos:

- O ambiente de negócios e empreendedorismo melhorou com a redução, alteração e eliminação de vários processos e procedimentos no acto de constituição, arranque e realização de negócios de que resultam ganhos em termos de número de operações a realizar, custos e tempo.
- Em matéria fiscal registre-se a redução da taxa do IUR (pessoa colectiva) - de 30% para 25% e IUR (pessoa singular) de 45% para 35%;
- A informatização do cadastro fiscal com a facilitação de atribuição do número de identificação fiscal (NIF) é realidade;
- A publicação de Guias de informação fiscais on-line e nas páginas amarelas;
- A contratualização do pagamento das dívidas fiscais;
- O processo de encerramento, suspensão, falência de empreendimentos tem no “Guia sobre procedimentos de encerramento” orientações concretas e ficará instalado no mesmo sistema automático de constituição de empresas.

Em matéria de registo de propriedade o regime do Cadastro Predial – definido pelo Decreto-lei n.º 29/2009, BO n.º 33 de 17 de Agosto – entrou em efectividade, alterou-se o Sistema Ad Valorem permitindo a redução dos custos dos actos notariais e de registo (Decreto-lei 70/2009, BO n.º 49 de 30 de Dezembro) e a ilha do Sal acolheu uma experiência piloto que consistiu no estabelecimento do produto integrado de registo predial simplificado em 48 horas (Linha Azul/ Casa Pronta).

Em matéria de protecção do investidor foi produzida uma proposta de adesão ao Centro Internacional de Resolução de Conflitos de Investimento (ICSID) que será apresentada ao CM e à Assembleia Nacional.

Na classificação de “Doing Business” do BM Cabo Verde ocupa a 147ª (2009) posição mas, a nível regional, é 4.º após Ghana, Nigéria e Gâmbia. Essa performance fica abaixo da meta para 2009 (140) mas é justificada em parte pela adopção de uma nova metodologia de avaliação e não está subjacente a essa performance qualquer retrocesso nas reformas públicas em curso.

Etapas a seguir:

Há consciência clara da necessidade de introdução de melhorias adicionais na vertente da abertura de empresas, contratação de funcionários, obtenção de crédito, protecção dos investidores, comércio externo, encerramento de empresas.

Em matéria de inovação o país tem ainda um desempenho que precisa ser melhorado e reforçado na força de trabalho que carece de “capacity building” e melhoria no acesso a financiamento às empresas.

A nova economia global em que o sucesso ou insucesso depende largamente da qualidade das instituições do país e da criatividade e empreendedorismo das pessoas, requer de Cabo Verde a criação de uma capacidade mais robusta para competir no mercado global.

3.3.6 Comércio

A valorização da produção nacional orientada para as necessidades da população e a inserção de CV na economia mundial são as orientações estratégicas para o sector.

O ambiente de negócios do comércio interno melhorou bastante particularmente em 2009 com:

- A entrada em vigor de vários dispositivos legais do quadro regulador do comércio.
- Matérias como prevenção e repressão do crime de lavagem de capitais, infracções contra a economia e a saúde pública, controlo da segurança e qualidade dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, preços de comercialização de produtos petrolíferos, protecção do consumidor e regime de vistoria aos estabelecimentos comerciais foram legisladas.

Em matéria de comércio internacional e para uma melhor integração de Cabo Verde, foi concedida pelo Parlamento, no quadro de suas atribuições constitucionais, autorização legislativa para o Governo aprovar o novo código aduaneiro (Lei 46/VII/2009, B.O. n.º 46) que deverá incorporar matéria regulada pelo estatuto Orgânico das Alfândegas, pelo Contencioso Aduaneiro e pelos diplomas legais que o alteram. Em matéria de tratados e acordos internacionais com incidência aduaneira a que o país esteja vinculado, constituem parâmetros do Código Aduaneiro os acordos da CEDEAO relativos à circulação de mercadorias no espaço comunitário, o Tratado que institui a OMC e os Acordos Multilaterais que dele fazem parte (sem prejuízo do previsto no Protocolo de Adesão de CV à OMC).

3.3.7 Indústria

A orientação básica aponta para uma indústria integrada na política do desenvolvimento humano do país e respeitadora do ambiente. Por conseguinte, a protecção ambiental é uma das preocupações centrais da actividade industrial.

A base produtiva nacional ficou reforçada com a criação de novas unidades industriais. Durante 2009 foram criadas 51 novas unidades industriais, marcando, assim, uma tendência anual crescente. Entretanto, a taxa de crescimento anual não é elevada. Por exemplo, em 2009 foram criadas mais 5 novas unidades industriais em relação a 2008.

A maioria dessas unidades está estabelecida em Santiago (35) e S. Vicente (6). As ilhas do Sal, Santo Antão, Boavista, Fogo e Maio foram contempladas também.

- Em 2009 o sector industrial criou 880 novos postos de trabalho, uma ligeira diminuição em relação a 2008 (1 230 empregos criados).
- Os empregos estão alocados nas indústrias ligadas à actividade de construção civil e obras públicas e fabricação e venda de materiais de construção.
- A percentagem da contribuição do sector para a constituição do PIB foi de 12,6% em 2007 ano em que há dados disponíveis.

O crescimento industrial e económico acarreta danos ambientais, que se não forem acautelados, poderão assumir proporções irreversíveis. Assim as medidas

que têm a ver com a construção de novos parques industriais, a revisão da taxa ecológica, e o desenvolvimento do plano de acção para a extracção de areia o Ministério do Turismo, Indústria e Energia tem procurado sempre salvaguardar a protecção ambiental, enquanto factor crucial para a coesão social.

Em relação ao licenciamento das empresas produtoras de inertes e ao acordo para o abastecimento de areia do mercado, o processo de licenciamento está condicionado em essência à apresentação de um estudo do impacto ambiental.

O acordo para o abastecimento da areia ao mercado nacional firmado com a Central de Britagem Cabo Verde, SA (CBCV) desde Fevereiro de 2006, como forma de mitigar a extracção da areia nas praias de mar, uma prática considerada ilegal e com impacto ambiental negativo, não vem sendo cumprido como estabelecido e a sua revogação é eminente. Está-se neste momento a trabalhar outras possibilidades de "alimentar" o mercado nacional, nomeadamente com isenções a empresas de importação de areia.

Em matéria de Pequenas, Médias e Grandes empresas, nota-se que o comércio destaca-se como a vertente empresarial mais dinâmica em termos de empresas, emprego e volume de negócios. As pequenas e médias empresas representam cerca de 90% das empresas do país. Elas geram cerca de 39% do emprego criado. As grandes empresas representam cerca de 10% do total mas realizam o essencial da actividade económica do sector empresarial do país: cerca de 69% do volume de negócios e mais de metade (61%) do emprego.

As pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades de acesso ao financiamento enquanto o maior obstáculo às empresas de maiores dimensões é o grau inadequado de formação da força de trabalho.

Em matéria de ambiente económico favorável à criação de emprego para as populações vulneráveis regista-se uma dinâmica empresarial forte transcrita num crescimento notório nos últimos dez anos. O III Recenseamento Empresarial de 2008 (INE) regista a existência de 8.716 empresas.

3.3.8 Regulação

Em matéria de regulação há a destacar a:

- A apresentação do plano de convergência técnica e normativa no quadro da parceria especial com a União Europeia;
- A aprovação do plano referencial do reforço da regulação e fiscalização;
- O arranque do processo de revisão dos estatutos das agências de regulação e da inspecção-geral das actividades económicas; e
- A criação da Autoridade da Concorrência.

Ainda no conjunto de medidas a serem implementadas no âmbito do comércio, o Governo pretende instituir a fiscalização reforçada e coordenada das empresas pelas instituições DGCI, IGAE e DGT.

3.4 Eixo IV – Infra-estruturação económica

O programa de investimento público está orientado para eliminar os maiores constrangimentos infra-estruturais ao desenvolvimento económico e a aumentar o potencial de crescimento da economia no longo prazo.

3.4.1 Infra-estruturas e Transportes e Comunicação

Orientação estratégica:

- Consolidação da dinâmica de infra estruturação e de modernização do sector

O objectivo de médio prazo é assegurar a circulação de bens e pessoas em condições de segurança. As vias de circulação têm de estar em boas condições.

As infra-estruturas são essenciais à estruturação do território, influenciam a distribuição da população e o desenvolvimento dos aglomerados populacionais e asseguram a mobilidade de pessoas e bens, facilitam o comércio e asseguram o acesso a equipamento e serviços sociais e administrativos.

Em matéria de infra-estruturas rodoviárias no período 2001-2009 foram

- Construídas e reabilitadas 252,7 km de estradas sendo 96% asfaltadas e 4% em calçada.
- Foram concluídas e inauguradas as obras do pacote financiado pelo MCC representando a construção de cerca de 54 km de estradas.
- Foi construída a estrada Tarrafal - Praia Branca - Ribeira Prata; e
- Introduziu-se melhorias nos 26 km da estrada Ribeira Brava – Tarrafal na ilha de S. Nicolau. Lamentavelmente, no período de 24 de Agosto a 27 de Setembro de 2009, a ilha foi fustigada por chuvas excepcionais que provocaram danos avultados na Vila da Ribeira Brava e nas estradas de acesso à Vila.
- Ficaram finalizadas as duas variantes da estrada Praia – S. Domingos e a rede viária da Praia.
- Estão em curso várias estradas nos diferentes concelhos do país sendo de destacar o Anel do Fogo pelo volume de investimentos a consentir.

No âmbito da manutenção de estradas há a destacar o início da cobrança da TSMR a partir de Janeiro de 2009, marcando uma nova era para o Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária que arrecadou 229m de escudos.

As ligações marítimas inter-ilhas vêm sendo asseguradas por empresas privadas que operam segundo princípios de liberdade de estabelecimento e de acesso ao mercado.

- O MITT tem estabelecido contrato de concessão de serviço em algumas rotas como Praia/Fogo/Brava, Praia/Maio/Praia, Praia/S. Nicolau/S. Vicente, e Praia/Sal Rei/Palmeira para permitir a prestação de serviços mínimos necessários à prossecução de objectivos políticos de coesão e equidade no território.
- A construção do centro de controlo de tráfego foi iniciada e prevê-se a sua conclusão para meados de 2010.
- Foi elaborado o projecto de sinalização marítima e discutidos os TDR e os documentos de concurso para o projecto de modernização das ajudas à navegação marítima e a ligação dos mesmos aos centros de controlo.

- Foram igualmente elaborados os TDR e os documentos de concurso para o Estudo de ordenamento do litoral devendo nos próximos tempos ser lançado o concurso para a sua efectivação.
- E que a execução da 1ª. Fase do sistema VTS cujo equipamento se encontra no país para montagem será brevemente.

O sector portuário regista um forte crescimento da sua actividade com o início de execução do programa maior de infra-estruturação dos portos, cuja conclusão se prevê ocorra em 2012.

- Estão em curso as obras de modernização e expansão do Porto da Praia, que consistem na construção do terminal de carga na zona de Achada Grande, a construção da estrada de acesso e a reabilitação do Cais n.º 2. O concurso para a execução da II fase foi lançado e foi iniciada a construção do edifício de apoio ao Porto da Praia.
- Foram iniciadas as obras de expansão do Porto de Palmeira que se encontram a bom ritmo devido à mobilidade do equipamento no terreno.
- Em fase de concurso e de análise de propostas estão as obras de expansão do Porto Novo, de modernização do Porto de Sal Rei, do Porto de Vale dos Cavaleiros no Fogo e do Porto de Furna na Brava.
- Procedeu-se à aquisição de scanners de contentores para os portos: Porto Grande de S. Vicente, Porto da Praia e Porto da Palmeira na ilha do Sal.
- Encontra-se em curso o processo de aquisição de um navio patrulha para a fiscalização dos portos e da ZEE de Cabo Verde.

Pela primeira vez a iniciativa privada envolveu-se no desenvolvimento aeroportuário participando no financiamento da transformação do aeroporto da Boa Vista em aeroporto capaz de receber voos internacionais.

Em 2009 deu-se continuidade às obras de infra-estruturação aeroportuária, com destaque para:

- Remodelação, adaptação e ajustes no aeroporto de S. Vicente;
- Lançamento do concurso para expansão da placa de estacionamento do aeroporto da Boa Vista;
- Ampliação da aerogare do Maio, cuja obra já se encontra concluída;
- Construção do salão VIP do aeroporto da Praia

Comunicação

O objectivo estratégico para o sector das comunicações é a revisão do modelo de custeio, a revisão dos preços nos circuitos alugados e de interligação, introdução de novos operadores nomeadamente de banda larga via rádio, a revisão do contrato de concessão e a introdução de mais um cabo submarino.

- De acordo com “Cabo Verde em números” publicação do INE de 2006 o número relativo de agregados familiares com telefone fixo /móvel é de 67%; com rádio 70% e com televisão 62%. A densidade telefónica por 100 habitantes é 15 em 2005.

3.4.2 Ordenamento do Território

Orientações estratégicas:

- Implementação de instrumentos de gestão territorial como a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico e a Lei das Expropriações
- Apoio aos municípios na elaboração dos respectivos planos urbanísticos

O objectivo de médio prazo adoptado é melhorar a gestão do território e do Cadastro.

O sucesso da execução das políticas e programas de OT depende da articulação das intervenções de vários organismos responsáveis destacando-se a DG do OT e Desenvolvimento Urbanístico, a Cabo Verde Investimentos, e as Câmaras Municipais. Nos últimos anos ganhos significativos em matéria de política do Ambiente e do OT foram conseguidos apesar de constrangimentos persistentes.

A maior parte dos projectos está enquadrada no PANA_II tendo a DGOTH desenvolvido durante 2009 actividades orientadas para a definição de instrumentos de gestão do território com base em políticas públicas do OT.

Em matéria de planificação a elaboração de Planos de OT e Urbanísticos regista atraso na finalização e aprovação dos instrumentos de OT.

- Um Plano Director Municipal (PDM) foi homologado e publicado no BO em 2009 estando quinze (15) outros PDM em preparação. O PDM do Porto Novo está para ser homologado; o PDM da Brava está na fase caracterização e diagnóstico; o PDM dos Mosteiros encontra-se na fase de análise da Proposta do Plano; o PDM do Paúl está em fase de consulta pública; o PDM de S. Filipe e de S. Catarina do Fogo está em fase de elaboração.
- Por conseguinte, deu-se continuidade durante 2009 à elaboração dos Planos de desenvolvimento municipal: 9 PDM; e 7 PDU em Santiago. E regista-se um excelente desempenho a nível da execução dos Planos Ambientais Inter-sectoriais com destaque para o OT. São Domingos e Sal possuem Planos de Gestão Territorial homologados e publicados.
- Com a elaboração desses PDM, em finais de 2009, prevê-se que 59% dos Municípios do país terão iniciado a elaboração dos seus instrumentos de gestão territorial, o que permitirá a resolução de problemas como sejam: saneamento, abastecimento de água, produção agrícola.
- Dos três (3) Esquemas Regionais de Ordenamento do Território (sob a responsabilidade da DGOT) ficou concluída a consulta pública dos EROT de Santiago, Santo Antão e Fogo tal como prevê a Lei de Bases do Ordenamento do Território. O EROT de S. Nicolau está em fase de análise e apresentação da caracterização, diagnóstico e desenvolvimento de cenários.
- Foi produzido um Relatório Síntese com o objectivo de melhorar as propostas do Modelo Territorial dos EROT.

No domínio do enquadramento legal regista-se que foi

- Adoptada uma nova Lei de Bases do Ordenamento do Território;
- Foram aprovadas a Lei de Solos e das Expropriações, a Lei da Cartografia e a Lei - Quadro do Cadastro.

Registe-se igualmente a prestação de AT da DGOTH na área urbanística aos municípios (e.g. Tarrafal de S. Nicolau).

- A DGOTH é elemento do Júri de concursos públicos para a produção dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Turístico da Boa Vista e Maio e das ZDTI de Chaves, Morro de Areia e Santa Mónica e POT Norte e Sul da Vila do Maio (SDTIBM).

A programação de actividades complementares regista

- O acompanhamento da elaboração dos PMOT e de outros planos pela DGOTH conjuntamente com a Associação dos Municípios de Santiago;
- A elaboração de Planos de OT e de Planeamento Urbanístico; e
- A Formação e Capacitação Profissional;
- A Reabilitação e Modernização da Rede Geodésica Nacional; e a montagem de um Sistema de Informação Territorial.

A reabilitação e modernização da rede Geodésica Nacional têm como resultados:

- A Construção dos Marcos Geodésicos: Na Brava foram reabilitados 11 vértices, incluindo os do Monte Gratão e Monte Gâmbia;
- Manutenção e Identificação dos Marcos Geodésicos: no Fogo foram reabilitados 15 vértices incluindo o do Monte Grande nos Mosteiros que ficou sob a responsabilidade da equipa da CMM para a sua conclusão; em Santiago foi parcialmente executada a reabilitação dos marcos e a realização da reabilitação em S. Nicolau e Sal.

O adensamento da rede geodésica nos principais centros urbanos permite que os trabalhos topográficos a realizar no âmbito do Cadastro, Saneamento e Infra-estruturação rodoviária e portuária sejam ligados à rede geodésica nacional facilitando assim a implementação do Sistema de Informação Geográfica previsto a nível do Território Nacional.

3.4.3 Gestão dos Recursos Hídricos - Água e Saneamento

Orientações estratégicas:

- Alargamento e a modernização das infra - estruturas de saneamento básico , designadamente nos domínios da recolha e tratamento dos afluentes, da recolha, tratamento dos resíduos sólidos e sua reciclagem
- Estabelecimento de novas parcerias para a criação de unidades modernas de tratamento e gestão de resíduos, em particular nos centros urbanos, visando uma maior eficácia no sistema de recolha e acomodação ou tratamento dos resíduos sólidos a nível nacional e local
- Desenvolvimento do acesso facilitado das populações aos serviços de água e saneamento, através do reforço e modernização de infra-estruturas de distribuição de água potável, da recolha de águas residuais e da promoção das ligações domiciliárias de água e esgotos
- Incentivo à realização de investimentos em sistemas modernos de tratamento e reciclagem de águas residuais, na perspectiva da gestão integrada dos recursos hídricos e do aumento da disponibilidade de água

O objectivo a médio prazo é melhorar o acesso dos agregados familiares a um sistema de abastecimento público através da execução da medida de política relativa à expansão da rede pública a bairros pobres.

- Foi elaborado um Plano de Acção Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos que é uma Estratégia Nacional para o sector em 2009. O PA está a ser analisado pelo CNAG para aprovação posterior. O PA elucida que os indicadores em matéria de disponibilidade de água indiciam uma escassez forte per capita de recursos hídricos no futuro seja qual for o cenário analisado (período de humidade normal ou de penúria). O alerta diz que a escassez é muito aquém dos 1000 m³/ano por habitante recomendados por normas internacionais. A qualidade do recurso particularmente para o abastecimento público é preocupação central da gestão integrada.
- A nível global, esforços estão sendo canalizados para a resolução das disparidades existentes entre ilhas, entre concelhos e entre as zonas rurais e urbanas e para congregar os esforços das diferentes instituições de gestão e mitigar o défice de coordenação e de liderança particularmente em matéria de saneamento. Esta situação impede determinar responsabilidades em alguns casos pela execução, gestão, manutenção das redes de água e de esgotos, impede o acompanhamento e avaliação e pode perturbar a determinação de políticas para o subsector.
- Em matéria de abastecimento a taxa de ligação dos agregados familiares à rede pública de abastecimento de água potável canalizada deve evoluir para 51% a partir dos 49,5% conseguidos em 2008, ano de referência, nos concelhos da Praia, S. Vicente, Boavista e Sal.
- O volume de água em metros cúbicos é outro indicador de performance para o sector mas não foi quantificada esta meta para 2009 e nem há linha de referência para 2008. Entretanto, foi mobilizado um volume de cerca de 3,3m de m³ destinado principalmente à rega.
- A dispersão de instituições no mercado de abastecimento de água potável com a entrada de empresas públicas e privadas levou ao estabelecimento da Agência de Regulação Económica (ARE) para regular e enquadrar a prestação de serviços e estabelecer tarifários e fiscalizar a qualidade.
- A produção de água pela Electra e a sua distribuição nas ilhas de S. Vicente, Sal, Boavista e no concelho da Praia exhibe uma taxa de cobertura média de 56%. A nível nacional, a percentagem de agregados familiares ligados à rede pública tem por linha de base 46,9%.

Destacam-se as seguintes realizações em 2009 no que concerne às infra-estruturas de água e saneamento:

- Continuidade às acções de mobilização de água de escoamento superficial para a rega e de abastecimento das comunidades através de furos e reservatórios.
- Estudo de viabilidade para o projecto de água e saneamento da Cidade de Assomada em Santa Catarina concluído;
- Decorre a extensão do sistema de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos no Mindelo;
- Projecto de gestão integrada dos resíduos sólidos de Santiago: foi aprovado pelos municípios de Santiago; os regulamentos municipais sobre resíduos sólidos, higiene e limpeza urbana foram publicados; e foi criada a empresa intermunicipal de resíduos sólidos de Santiago;

- Decorrem os estudos sobre a produção de água dessalinizada em Calheta. A sua conclusão deve ocorrer no 1ºT de 2010;
- Foram concluídos em Maio de 2009 os trabalhos de produção de água dessalinizada de Pedra Badejo.

Barragens

- Por outro lado, foi iniciado o processo de elaboração do ante-projecto e preparação dos cadernos de encargos e lançamento do concurso para o recrutamento de empresas construtoras de 3 barragens em Santiago.

Em matéria de águas residuais o objectivo a médio prazo na vertente tratamento é melhorar o acesso dos agregados familiares a uma rede pública de esgoto.

- Para 2009 a % de agregados familiares ligados ao sistema público de saneamento na cidade da Praia deve evoluir de 18% em 2008 para 19% em 2009.
- Mindelo é o centro urbano bem servido em matéria de equipamento de saneamento de importância. A sua rede de esgotos beneficia 56% da população e as águas residuais são tratadas na estação ETAR da Ribeira de Vinha e reaproveitadas na agricultura irrigada.
- Tarrafal de Santiago tem uma rede de esgotos mas as ligações domiciliárias não foram efectuadas e a pequena estação ETAR não está operacional.
- Santa Cruz de Santiago, Pedra Badejo e Santa Maria construirão recentemente uma estação de tratamento de águas residuais.
- Estão na fase projecção as ETAR dos municípios de Santa Catarina e Porto Novo.
- Foram iniciados os trabalhos de drenagem das águas residuais de Calheta e do Mindelo e os de abastecimento e drenagem de águas residuais da cidade da Praia.

A situação concernente à evacuação de excreta, drenagem e tratamento de águas residuais continua precária.

- A fossa séptica é o principal meio de evacuação de águas residuais no país.
- No meio rural a maior parte da população não dispõe de meios de evacuação.
- Os sanitários públicos existentes nos diferentes centros são pouco utilizados pela população.
- A introdução de latrinas secas ventiladas no meio rural não produziu resultados encorajadores pelo que a sua viabilidade ficou em causa e o impacto limitado. Parece persistir barreiras culturais que devem ser ultrapassadas.

Etapa a seguir: Constitui desafio para o sector o atendimento da população pobre concentrada na periferia dos principais centros urbanos e/ou dispersa no meio rural. O desafio é de natureza económica e financeira, tecnológica e de gestão que tem de ser equacionado no quadro de políticas mais abrangentes integradoras destinadas a combater a exclusão social e que contemplem o acesso à habitação social, saúde, educação, emprego... e a melhoria da qualidade ambiental.

Têm falhado as tentativas de determinação dos custos para a realização dos ODM particularmente no concernente a Água e Saneamento situação que permitiria determinar com maior realismo as necessidades de investimento para o sector.

3.4.4. Energia

Orientações estratégicas:

- Aumento da concorrência e da melhoria da supervisão e regulação do sector;
- Expansão da capacidade de produção
- Aumento da penetração das energias renováveis
- Implementação de medidas de conservação e eficiência energética
- Reforço da capacidade institucional
- Investimento na inovação e adopção de tecnologias mais eficientes
- Aumento da cobertura de electricidade para 100%
- Aumento da penetração das fontes de energias renováveis

A empresa nacional de produção e distribuição de energia eléctrica é um elemento central da política de investimento para o sector. A Electra atravessa uma situação preocupante tanto para o governo como para os doadores. A escassez de liquidez da Electra leva a que o Estado assuma a realização da maior parte dos investimentos. A resolução da sua situação financeira e organizacional é crítica e poderá ser endereçada pela Estratégia Nacional Energética.

A matriz sectorial aponta para a melhoria das infra-estruturas de produção e distribuição de energia situação conducente a aumentos crescentes da taxa de cobertura a partir da linha de base estabelecida para 2007 prevendo-se para

- Uma cobertura média nacional de 90% em 2009 que não foi alcançada. Dados mais recentes da Electra apontam para 87%, para o período 2000-2009, referentes à cobertura de clientes domésticos ou número de agregados familiares.

Entretanto, as ilhas S. Vicente, S. Nicolau, Boavista, Sal e Brava exibem uma taxa de cobertura de 100% em 2009. As projecções para 2011 e 2012 ilustram que a ilha do Maio e os concelhos da Praia, S. Domingos e Santa Catarina alcançarão os 100% de cobertura a partir de 2011.

- A produção de energia renovável (eólica e fotovoltaica) e sua injeção na rede de distribuição continua a uma taxa muito baixa de 3% havendo espaço grande de manobra para progressos substanciais num futuro breve quando se pretende uma injeção de 25% com o desenvolvimento de projectos em carteira.

3.5 Eixo V – Coesão Social

A coesão social é um princípio incontornável para a construção de uma sociedade mais integradora e equilibrada, e para a mitigação da pobreza. As desigualdades sociais registadas afectam mais intensa e profundamente as crianças, os idosos, os portadores de deficiência, as mulheres chefe de família e os jovens.

3.5.1 Pobreza

O índice de pobreza humana (IPH) no país foi calculado em 15,8 em 2006 pelo instituto nacional de estatística.

A execução das diferentes políticas sociais através de vários programas e projectos de melhoria do acesso aos serviços sociais de base, de inclusão de

grupos vulneráveis e de promoção de iniciativas locais e de desenvolvimento comunitário tem permitido conquistas significativas. O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) vem executando acções direccionadas primordialmente para a diminuição da pobreza, para o aumento da solidariedade e igualdade de oportunidades.

As áreas prioritárias de intervenção recaem sobre

- Actividades Geradoras de Rendimento;
- Abastecimento de Água e Saneamento;
- Educação e Formação Profissional; e
- Apoio Institucional.
- Habitação Social;

E as intervenções focalizam as mulheres desfavorecidas particularmente as que chefiam agregados familiares, jovens desempregados e famílias vivendo abaixo do limiar da pobreza.

A etapa a seguir clama por uma abordagem inovadora de luta contra a pobreza, baseada na co-responsabilização pela via do envolvimento de todos na luta e na coesão social.

- A nova abordagem do PNLCP vai privilegiar intervenções orientadas para a integração social/desenvolvimento da empregabilidade dos indivíduos e das famílias, e uma gestão orientada para a obtenção de resultados a nível das comunidades mais pobres.

3.5.2 Trabalho / Protecção Social

Orientações estratégicas:

- Redefinição do quadro institucional público de coordenação e implementação das políticas de protecção social;
- Aprofundamento do processo de descentralização das políticas de protecção social
- Definição de um quadro normativo e institucional de parceria público-privado no domínio da protecção social
- Consolidação do processo de reforma legal e institucional em matéria da infância e adolescência

Em matéria de planificação foram desenvolvidos os estudos “Trabalho Infantil” e o “Plano de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil”, “Vulnerabilidade das Crianças face à graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio”, e a “Estratégia de Desenvolvimento de microempresas rurais”.

Em matéria de prevenção destaca-se a elaboração dos “Guias Educativos sobre Trabalho Infantil” e “Abuso e Exploração Sexual de Crianças”. Foi desenvolvida a Estratégia de Protecção Social

Em matéria de Promoção das Condições de Trabalho (PCT) e da melhoria do diálogo social as realizações em 2009 focalizaram no reforço e a capacitação institucional e individual dos serviços PCT.

Essa capacitação deu prioridade à Prevenção de Riscos Profissionais. Assim foram realizadas 869 visitas inspectivas de que resultaram a apreensão de 600 contratos a prazo em situação de ilegalidade.

A prevenção privilegiou a mediação/ conciliação e resolução de conflitos; e a promoção do diálogo social e do trabalho digno. Foram igualmente realizadas várias sessões de divulgação da legislação laboral e aconselhamento.

O Conselho de Concertação Social esteve activo e destaca-se iniciativas para o estudo de viabilidade de implementação do Salário Mínimo.

Em matéria de parceria destaca-se, de entre outros,

- O acordo com a DGAEA para a re-inserção educacional;
- o protocolo assinado com o PNLP e com entidades públicas centrais e autárquicas e com CITI - Habitat para a reabilitação de habitação, formação profissional e promoção de actividades geradoras de rendimento em todo o país.

Em matéria de acesso à Protecção social dos grupos sociais e profissionais o regime da Previdência Social para trabalhadores por conta de outrem garantiu um leque alargado de cobertura com a

- Integração de 16 093 utentes da Administração Pública Central e de 1 323 do regime dos Agentes Públicos da Administração Local. Actualmente 24% da população activa residente são segurados por esse regime que garante cobertura em caso de carências económicas e sociais em resultado de doença, maternidade, invalidez, a prestação de assistência médica; e concede subsídios a famílias com descendentes a cargo e idade avançada.

Em matéria do regime Contributivo da Protecção Social regista-se aumento significativo do número de:

- Contribuintes de 3 852 para 4 045;
- de segurados de 61 751 para 69 216;
- e de beneficiários (141 548 para 146 000).

Em matéria de reforma do regime Não Contributivo da Protecção Social assinala-se a Criação do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS).

O Centro assegura a gestão integrada das Pensões Sociais financiadas pelo Estado e pelo Fundo Mutualista¹⁰. O CNPS desenvolveu um Plano Operacional para a implementação da Estratégia de Protecção Social. O Centro colabora com as Câmaras Municipais, os Serviços Municipalizados da Promoção Social e a Organização da Sociedade Civil na identificação de indivíduos em situação de pobreza, e na instrução dos processos de candidatura à Pensão Social, etc.

Regista-se o aumento do número de beneficiários da Pensão Social para 22 946 indivíduos (sobretudo idosos, doentes crónicos, pessoas com deficiência ou invalidez e ex-trabalhadores das FAIMO) situação que praticamente satisfaz a meta estabelecida para 2009 que é de 23 000.

¹⁰ O Fundo foi regulamentado em Novembro 2009. Vai ser gerido por uma instituição financeira a recrutar. O Fundo assegura aos beneficiários da Pensão Social o pagamento da prestação de cuidados de saúde preventiva, curativa e de reabilitação, a assistência medicamentosa e atribuição de um subsídio de funeral a um familiar ou herdeiro legal do pensionista falecido

Em matéria de Pensão Social:

- Em 2009 um total de 1.922 indivíduos beneficiou do direito à Pensão Social (Pensão Básica: 1.508; Pensão Social de Invalidez: 241 e Pensão Social de Sobrevivência: 32). A taxa de crescimento da população abrangida situa-se em 1,3% muito inferior aos anos anteriores, que pode indiciar uma universalização de cobertura do grupo alvo.
- O valor da pensão social do regime não contributivo é 4.500 escudos (Novembro 2009), que se aproxima do objectivo estabelecido pelo Governo de atingir os 5.000 escudos antes de 2011, pagos através das Estações dos Correios.

O Sistema de Informação que gere a pensão social tem propostas de reconfiguração da sua base de dados a fim de incorporar variáveis que permitem traçar melhor o perfil dos pensionistas e a conexão com bases de dados designadamente do INPS e da DG de Contribuição e Impostos.

Em matéria de legislação foram publicados os diplomas dos trabalhadores por conta própria, do serviço doméstico, e o diploma sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais e ainda os diplomas regulamentares sobre a CVI, Evacuações e Protecção na doença.

Em 2009, as intervenções no domínio da protecção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente focalizaram a promoção e divulgação, através de campanhas de solidariedade, sensibilização e educação, dos Direitos da Criança, protecção, apoio, parceria, desenvolvimento institucional, reinserção social e mitigação da pobreza. O país ratificou a Convenção de Haia (na vertente Adopção Internacional), produziu a 2ª versão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e publicou a Convenção dos Direitos da Criança. O Estatuto do Instituto da Criança e Adolescente está sendo revisto.

Em matéria de apoio, estudantes, famílias e doentes (evacuados) carenciados receberam apoio pontual bem como dos Serviços de Promoção Social para fazer face às calamidades provocadas pelas chuvas.

3.5.3 Habitação social

Orientações estratégicas:

- Criação de espaços urbanos humanizados, com especial preponderância para a organização e requalificação dos bairros
- Orientação da política urbanística para as questões da sustentabilidade ambiental, elemento determinante para a integração espacial, social e funcional do território
- Gestão do território como processo de mudança, coesão social e aprofundamento dos mecanismos de participação da população na qualidade urbanística
- Resposta a novas procuras em áreas diversas como espaços livres, a cultura, o recreio e o lazer
- Recuperação e requalificação, em particular às áreas habitacionais degradadas dos bairros periféricos da cidades

O objectivo a médio prazo para a habitação social é melhorar as condições habitacionais dos cidadãos particularmente os mais desfavorecidos..

O défice habitacional é de 82 mil fogos, afecta todas as camadas de rendimento e produz impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, excluídos do mercado formal de habitação.

Na busca de uma solução estruturante para este desafio, a política social de habitação do governo ganha prioridade na agenda pública para os próximos anos. Em consequência, há diferentes

- Programas de habitação social em execução preocupados com a inclusão socioeconómica das famílias, com a luta contra a pobreza, com os impactos ambientais, com o desenvolvimento de parcerias, etc.
- A base legislativa da Habitação Social detém um pacote de propostas de leis e decretos em apuramento.
- O governo criou o Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS) que centraliza e gere recursos para executar políticas habitacionais direccionadas às famílias desfavorecidas e/ou às populações com necessidades concretas de apoio (ex. Jovens, Classe Média Baixa, Mulher Chefe de Família).

Foi elaborado e aprovado pelo Governo em 2009 o plano estratégico para o sector nomeado “Casa Para Todos” que inclui:

- i) Habitar Cabo Verde – que pretende reduzir o défice habitacional, qualitativo e quantitativo, no horizonte 2013, construindo cerca de 8.000 habitações;
- ii) Programitas – que pretende construir cerca de 1.000 novas unidades habitacionais no meio rural com o objectivo de reduzir o défice quantitativo no meio rural
- iii) Reabilitar – que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nos bairros informais, através de programas de reabilitação e infra-estruturais dos espaços de habitar.

“Operação Esperança” focalizado na melhoria das condições de habitação dos mais desfavorecidos.

- Foi assinado um Protocolo de parceria com o PNLP para a reabilitação de habitação e promoção de actividades geradoras de rendimento em todo o país. Infelizmente não há dados disponíveis sobre as realizações.
- Foi outorgado apoio aos Serviços de Promoção Social para ajudar as famílias a fazer face às calamidades provocadas pelas chuvas, com destaque para S. Nicolau.

Etapa a seguir

Para ultrapassar os desafios colocados pela coesão social o governo pretende executar uma nova geração de políticas sociais activas e alargar as parcerias a nível nacional e internacional. Pretende igualmente alargar a cobertura da protecção social aos trabalhadores informais; aos trabalhadores rurais; a aos pescadores que estão fora do sistema. Por outro lado, métodos alternativos de construção estão sendo testados e introduzidos. Nesta matéria falta uma abordagem holística e um plano de acção consistente.

4. Temas transversais (Género, ambiente, pesquisa)

4.1 Género

Orientações estratégicas:

- Assegurar a introdução efectiva da abordagem género nas políticas sectoriais e nos programas e projectos
- Criar e implementar mecanismos de acção afirmativa visando o aumento da participação das mulheres nos poderes legislativo, judicial e local
- Cuidar da efectiva implementação do dispositivo jurídico-legal em vigência, sobretudo a sua regulamentação, para que haja um real usufruto dos dispositivos de protecção subjacentes;
- Adoptar mecanismos que promovam a igualdade de oportunidades e uma maior participação das mulheres nas actividades económicas;
- Reforçar as parcerias com as organizações da sociedade civil que actuam na promoção da cidadania e da família, na defesa dos direitos da mulher e na promoção do desenvolvimento comunitário e luta contra a pobreza.

Durante 2009 regista-se o reforço das acções orientadas para a criação de condições para o exercício efectivo da cidadania que, ao mesmo tempo, favoreça a eliminação gradual das situações de violência e discriminação, a protecção de direitos e, em particular, no plano da participação política e económica das mulheres, através da implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género e do Plano de Combate à Violência Baseada no Género.

A par da existência de um quadro jurídico-legal favorável à igualdade entre os sexos, confirma-se a realização de progressos significativos nos últimos anos e aponta-se para

- O índice de alfabetização de 73% para as mulheres e de 87% para os homens em 2007; ii) a taxa de escolarização das meninas tanto no Ensino básico como secundário supera a dos rapazes.

Por conseguinte, a execução da política pública “Educação para Todos” teve como resultado uma nítida democratização do acesso, e conduziu à equidade de género no ensino.

Em matéria de saúde continua a ser elevado o número de mães adolescentes como resultado da conjugação de fragilidades educativas e económicas que as levam para uma situação de fragilidade familiar e social. A prevalência do VIH-SIDA tem vindo a diminuir, neste momento é de 0,8 (IDSR II, INE). De acordo com o ministério da Saúde, a relação de masculinidade de prevalência do HIV/SIDA é de 1,13, o que indica que os homens são os mais atingidos.

Em matéria de violência baseada no género e como resultado do trabalho realizado por diversas instituições e pela comunicação social há uma tomada de

consciência mais firme por parte das mulheres dos seus direitos, que transparece na vontade social de romper o silêncio.

De 2003 a 2008, a proporção de mulheres deputadas no Parlamento passou de 11% para 21%. Em matéria de ocupação de cargos de chefia a nível de ministérios, este é o segundo governo no mundo com o mesmo número de mulheres e homens ministros.

A nossa comunicação social ainda não é um instrumento de promoção efectiva de boas práticas em termos de relações de género. As mensagens passadas na comunicação social continuam a veicular uma imagem da mulher pouco condizente com a condição feminina ou insistentemente como vítima.

O Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género atinge 0,749 (INE, 2006). As Casas do Direito e a Casa do Cidadão funcionais orientam especial atenção às questões ligadas à violência doméstica e à redução das desigualdades de acesso aos serviços.

4.2 Ambiente

Orientações estratégicas:

- Promoção de um desenvolvimento com qualidade ambiental
- Protecção e a gestão integrada dos recursos naturais, essenciais ao desenvolvimento económico
- Luta contra a pobreza;
- Adequação dos modos de produção e consumo

O objectivo de médio prazo em matéria de gestão ambiental é implementar de modo satisfatório a política ambiental do governo. Esse objectivo está acantonado na gestão equilibrada dos recursos hídricos e da biodiversidade. A execução da política ambiental em 2009 inclui a execução dos planos ambientais municipais, sectoriais e centrais.

- O relatório anual de execução da política ambiental para 2009 é o indicador de resultado produzido. Foi aprovado pelo CNA e a acta da reunião comprova o facto realizado. Por conseguinte o grau de realização é de 100%.
- Em 2009 o Governo mobilizou financiamento para rever o PANA II. O processo de revisão só terminará em 2010.

Foi desenvolvido em 2009 um Sistema de Seguimento de Qualidade Ambiental.

- Foi finalizado o 1º Relatório sobre o Estado da Qualidade do Ambiente que fez o seguimento de 31 dos 76 indicadores propostos e permitiu avaliar o estado global do ambiente no país.

O SSQA conjuntamente com o desenvolvimento de um Sistema de Controlo Financeiro dos Investimentos no ambiente (a finalizar em 2010) vai permitir

efectuar o seguimento e a avaliar o estado global do ambiente no país e acompanhar a sua evolução de modo mais célere e seguro.

- Ficou concluída e aceite por todos os intervenientes uma proposta de matriz de avaliação do desempenho sectorial no âmbito do apoio orçamental para o período 2009-2011. A matriz sectorial traz algumas mudanças em alguns indicadores por exemplo os indicadores de execução referentes às áreas protegidas (total de 47 terrestres e marinhas) e aos planos de gestão das espécies que foram reduzidos e melhor ajustados à realidade.
- Reformulação da taxa ecológica no sentido de a conformar às regras da OMC: O impasse no Parlamento para a sua aprovação tem a ver com a distribuição dos proventos da aplicação da taxa ao Fundo Ambiental e aos Programas Ambientais Municipais.

Pretende-se que os proventos da taxa ecológica venham a constituir-se num instrumento importante de financiamento de questões ambientais.

De acordo com os dados do QUIBB₂₀₀₇:

- A proporção da população que usa uma fonte de água potável é 89,5% em 2007, sendo que no meio urbano é de 98,6% e no meio rural é de 75,8%.
- Em 2007 somente 40,8% das famílias cabo-verdianas declararam evacuar águas usadas através de fossa séptica e de um sistema de esgotos.

Certamente que a situação melhorou entre 2007 e 2009 quando foram feitas mais 1.365 ligações domiciliárias de água e 656 de rede de esgotos.

- Em matéria de tratamento de águas residuais, no final de 2009, para além do funcionamento das ETAR do Mindelo e da Praia ficaram concluídas as ETAR do Tarrafal e de Santa Cruz em Santiago e a de Santa Maria no Sal. A ETAR do Tarrafal vai beneficiar 250 famílias e a segunda 20.000 pessoas. A ETAR do Mindelo foi ampliada o que facilitará em 2013 o aumento do volume de águas residuais tratadas.
- Os resultados positivos derivados da construção da barragem do Poilão em matéria de adução e distribuição da água para irrigar mais de 60ha e de incentivo ao desenvolvimento agrícola e rural, incitaram a decisão de construir mais 11 barragens (5 em Santiago, 3 em Santo Antão, 1 em São Nicolau, 1 no Maio e 1 na Boa Vista).
- Estima-se que a nível nacional estejam a ser explorados 650 a 700ha de terreno agrícola com o sistema de rega gota-a-gota.

Em matéria de melhoria das condições de salubridade para um ambiente sadio a recolha dos resíduos sólidos cobre cerca de 85% dos Municípios. Entretanto, não se verifica ainda a sua separação e tratamento.

- Operam no país 7 lixeiras confinadas (São Vicente, Sal, Tarrafal e Ribeira Brava de SN, Santa Catarina e São Miguel de ST e Porto Novo) e 5 lixeiras municipais improvisadas (Praia, Paúl, Tarrafal de ST, São Filipe e Maio) onde são depositados os resíduos sólidos não biodegradáveis.

- Está em fase de execução o aterro sanitário do Sal e decorrem estudos e projectos para o aterro controlado de Santo Antão. No Fogo foi instalada uma incineradora no município de S. Filipe.

Porque a extracção ilegal de inertes das praias de mar continua a ser um problema ambiental grave a percentagem de areia consumida com origem legal foi escolhida como um dos indicadores de performance em matéria de melhoria de governação ambiental.

- Para combater essa extracção ilegal o efectivo da Polícia Nacional envolvido na fiscalização recebeu capacitação apropriada para melhor desempenho das funções e o seu número foi reforçado, em todos os concelhos.
- O consumo de areia ilegal tem vindo a diminuir nos últimos dois anos. Em 2009, 83% do consumo de areia teve origem legal graças ao funcionamento de (i) pedreiras e britadeiras produtoras de areia a partir da pedra; (ii) concessão de facilidades na importação de areia; e (iii) exigência dos financiadores das grandes obras de infra-estruturação de uso de areia de origem legal.

Essa performance é superior à meta 65% de areia consumida com origem legal estabelecida para 2009.

- Não se regista avanços significativos no desenvolvimento do Plano de Acção para a extracção de areia, excepto um levantamento das potencialidades de produção de inertes nas diferentes ilhas, instrumento imprescindível à elaboração do estudo sobre a produção de inertes e produção do PA.

Em 2009 e em matéria de gestão da Biodiversidade há a registar

- A publicação no BO dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Serra Malagueta e Monte Gordo. O PG do Parque Natural do Fogo foi elaborado em 2009 mas não foi aprovado. Os Planos de Gestão das Áreas Marinhas Protegidas da Baía da Murdeira e da Ilha de Santa Luzia e Ilhéus vizinhos estão na fase final de formulação.

Em matéria de conservação e preservação das espécies foi aprovado

- O Plano Nacional de Conservação das Tartarugas Marinhas e deu-se início à sua execução; e foi apresentado ao público em Janeiro de 2009 o PN de Conservação das Aves.
- Foram inventariadas as espécies de Plantas Angiospérmicas ameaçadas de extinção de Santiago, Fogo, São Nicolau, Santo Antão e São Vicente e a Avi-fauna de Santiago, Boavista, Fogo e ilhéu Raso.
- Foram reproduzidas em viveiro 1 402 mudas de 3 espécies de plantas nativas endémicas em vias de extinção que serão utilizados na recuperação dos habitats das zonas altas; foram reproduzidas em viveiro de 3 000 exemplares de plantas endémicas medicinais ameaçadas de extinção.
- Foi realizado a manutenção e conservação do banco de Germoplasma com sementes de 25 espécies vegetais.

O inventário sobre o uso das espécies de plantas endémicas veio a revelar que a sua utilização é mais como forragem (52% em Santiago, 29,7% em São Nicolau e 37% no Fogo).

- Foi realizada a monitorização e actualização dos dados sobre a população das espécies da fauna terrestre em vias de extinção, a saber: Tchota cana, Garça Vermelha, Calhandra e Cagarra.
- Foram monitorizados os ninhos, adultos e filhotes da Garça Vermelha em Santiago e de Gongon na ilha do Fogo.
- Foram recenseados 103 indivíduos da espécie Calhandra do Ilhéu Raso e efectuado a geo-referenciação dos seus ninhos; quanto a Cagarras verificou-se existir 8 mil ninhos no ilhéu Raso como resultado de uma intensa campanha de sensibilização fiscalização realizada no ilhéu durante o mês de Outubro de 2008.
- Foram monitorizados e inventariados igualmente 5 ninhos de Guincho, 120 casais de Alcatraz e 30 indivíduos de João Preto no ilhéu Raso.

No âmbito dos recursos marinhos regista-se a promoção da

- Pesca Sustentável com a execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca e suas recomendações, nomeadamente a Elaboração de estudos sobre a execução de medidas de gestão.
- A conservação e protecção das tartarugas marinhas tem tido sucesso decorrente do desenvolvimento de actividades de protecção das mesmas em todos os municípios litorais situação que permitiu uma maior vigilância e fiscalização traduzidas em mais saídas de tartaruga para desova e diminuição das capturas.

Entretanto, a apanha de areia, a iluminação nocturna das praias e a ocupação do litoral constituem as maiores ameaças às Tartarugas Marinhas.

Em matéria de fiscalização regista-se o

- Número acrescido de fiscalização / auditoria ambiental às empresas tendo sido instruído 3 processos de contra-ordenação a projectos sujeitos à apresentação de EIA que não respeitaram o estipulado na lei;

Quanto ao indicador Proporção de projectos aprovados de acordo com Estudo de Impacto Ambiental registe-se que

- Foram avaliados 71 Estudos de Impacto Ambiental e destes 36 foram homologados (50%), 26 dispensados do processo de AIA e 9 devolvidos por não conformarem com a legislação vigente.

Os projectos na área do ambiente são executados de forma descentralizada através dos Planos Ambientais Municipais. Na maioria dos casos a execução tem lugar com os fundos colocados à disposição dos municípios através de contrato programa assinado entre o governo e os municípios.

- O Fundo Autónomo de Desenvolvimento Municipal é o instrumento legal criado para financiar a execução dos programas e projectos de investimento municipal que ainda não se encontra operacional.
- Em Fevereiro de 2009 começou a assinatura dos contratos programas com os Municípios para implementar projectos ambientais previamente seleccionados pelo CGS-PANA II.

4.3 Investigação / Pesquisa para o desenvolvimento

Orientação estratégica:

- Criar condições para o desenvolvimento de uma capacidade endógena para a investigação e a inovação

No âmbito da modernização do INE foram aprovados os novos estatutos deste instituto, a publicação no BO da Lei de Estatísticas e a colocação dos dados do QUIBB 2007 em Statline.

Os resultados ou efeitos da investigação desenvolvida nos domínios das pescas, agricultura, educação, cultura infra-estruturas habitacionais, etc. vão alimentar as diferentes políticas e estratégias sectoriais de desenvolvimento.

A investigação agrícola realizada pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) incide sobre a selecção, multiplicação e protecção de espécies vegetais, o controlo da sanidade animal, e o apoio ao desenvolvimento pecuário.

- Em 2009 o INIDA deu continuidade aos ensaios de selecção e introdução de espécies e variedades adaptadas às condições do país; fez o seguimento e monitorização das pragas e doenças das principais culturas de regadio e dos animais, e o seguimento dos impactos das pragas e doenças.
- No domínio da Biodiversidade, em 2008 e 2009, deu continuidade à monitorização da fauna e da flora das ilhas de S. Nicolau, Santiago e Santo Antão.
- No âmbito do desenvolvimento rural as actividades realizadas enquadram-se no Plano Estratégico da Agricultura para o horizonte 2014 e contemplam a modernização através da introdução e utilização de novas técnicas e tecnologias e métodos de produção e protecção (estufas, espécies e variedades adaptadas às condições edafoclimáticas) e da valorização de produtos agrícolas.

A investigação realizada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) incide sobre a gestão da aquacultura e estudos de viabilidade sobre as alternativas para a pesca artesanal durante o período defeso.

No domínio da redução dos riscos inerentes à ocorrência de catástrofes naturais e provocados várias actividades foram levadas a cabo:

- Aquisição de equipamento (Cluster e PCS) para a recuperação e adequação do sistema global da monitorização climática;
- Instalação da rede INTRNET destinada à operacionalização de modelos para a produção de produtos meteorológicos para fins de previsão e divulgação de produtos meteorológicos para a protecção de vidas e bens;
- O projecto de meteorologia marítima está em execução;
- Instalação de 6 EMA climáticos e 1 EMA para garantir o funcionamento e exploração das estações clássicas e automáticas meteorológicas e as observações de altitude em todas as ilhas;
- Instalação de uma nova estação na Radio/sondagem; e
- Configuração da rede de transmissão de dados de monitorização geofísica.

No domínio da Cultura foram realizadas actividades de investigação que culminaram com a publicação de várias obras de cariz cultural.

No domínio da Construção a iniciativa Prémio Incentivos à Investigação e Inovação em Tipologias e Tecnologias de Construção surge num contexto de grandes constrangimentos verificados no sector Habitação e Construção principalmente no que diz respeito aos custos. Constitui oportunidade e incentivo para que se investigue e desenvolva novas tipologias e metodologias de construção que venham reduzir os custos e melhore a qualidade das construções, na perspectiva de melhorar o acesso à habitação.

5 Mecanismos de seguimento e avaliação

Está sendo montado um sistema capaz de a tempo útil alimentar o relatório anual do progresso de execução do DECRP ou outro período de tempo que for fixado.

- O desenvolvimento do sistema de Seguimento e Avaliação tem como orientação chave a simplicidade e facilidade de manuseio e custos suportáveis.

O quadro institucional, uma condição crítica para o desenvolvimento do sistema, está montado.

- Conta com um serviço central na Direcção Nacional do Planeamento do ministério das Finanças (com o mínimo de pessoal) e com a maior parte dos ministérios/sectores (DGPOG) e tem agentes nos concelhos e ilhas do país. O S&A tem no INE e SIGOF o desenvolvimento do seu sistema de informação.
- Em 2009 o acesso das estruturas sectoriais às informações sobre a execução orçamental foi alargado e desconcentrado particularmente no respeitante à cabimentação e liquidação no SIGOF. Esta situação permite automaticamente contabilizar e armazenar na base de dados do SIGOF os dados da execução (funcionamento).

Actualmente para além dos sectores/ministérios estão várias outras unidades orgânicas no SIGOF incluindo instituições como a Presidência da República, o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, a Comissão Nacional de Eleições, e o Gabinete do Primeiro Ministro.

- Está programada para 2010 acções de formação curtas e específicas para a implementação do sistema de informação (fundamental para o mecanismo de S&A) e focalizadas na apropriação pelas estruturas nacionais muito especialmente pelos quadros e técnicos com a responsabilidade de fazer o seguimento, devem começar em 2010.

6 Conclusão

De uma forma global podemos avaliar os progressos da implementação da ECRP no ano de 2009 como positiva, e que os resultados alcançados demonstram um esforço colectivo para o cumprimento dos objectivos traçados no sentido de se atingir as metas definidas.

Os aportes dos sectores, durante o exercício de preparação, do seguimento do DECRP e da própria missão foram positivos. Contudo, nota-se ainda alguma demora no envio dos dados e no cumprimento dos timings. Essas questões trazem constrangimentos ao desenrolar normal dos trabalhos. Reiteramos aqui a necessidade de harmonizar os indicadores da DECRP, com os do GAO.

Avaliamos positivamente os avanços e consideramos que os sectores têm cumprido, na globalidade os seus objectivos e a implementação do DECRP, o que redundará na efectivação e implementação da estratégia de crescimento e redução da pobreza, em Cabo Verde.

7 Ponto situação da Matriz conjunta de apoio ao orçamento geral (em Anexo)

Anexo : Matriz Conjunta de Apoio ao Orçamento Geral para o Governo de Cabo Verde

Temas	Nº	Objectivos	Avaliação				Seguimento
			2008 (Base)	2009	2010	2011	
Macroeconomia	1	Estabilidade	+	+			MFAP
Redução da Pobreza	2	Implementação de DECRP 1 / DECRP	+	+			MFAP
Gestão das Finanças Públicas	3	Progressos realizados na implementação de reformas	+	+			MFAP

Objectivos a Médio Prazo	Nº	Medidas de Política e Acções			Indicadores	Base 2008	Pontos de Referência			Seguimento (entidade responsável)
		2009	2010	2011			2009	Resultado 2009	Doc. Verifica.	
Pilar 1 Boa Governação										
Macroeconomia:										
Reduzir e controlar os passivos incluindo imprevistos		Implementação do plano de liquidação de créditos vencidos (Realizado)	Concluída implementação de plano de liquidação de créditos vencidos		Montante pendente de créditos vencidos do governo (%)	60	38	31	Relatório DGT	MFAP
		Preparação dum plano de acção com um prazo para a liquidação das dívidas da Electra com os fornecedores, dentro de 4 anos no máximo (Realizado)	Implementação do plano de liquidação de créditos vencidos com os fornecedores da Electra	Implementação do plano de liquidação de créditos vencidos com os fornecedores da Electra	Montante pendente de créditos vencidos da Electra para com os fornecedores (%)	100	100	(A confirmar com Electra)		
Planeamento e dotação do orçamento										
Usar quadro fiscal a médio prazo (QFMP)		Elaboração do quadro 2010-2012 (Realizado)	Elaboração do quadro 2011-2013	Elaboração do quadro 2012-2014	QFMP apresentado com Parlamento com Lei do Orçamento	Sim	sim	Elaborado		MFAP/ Direcção de Estudos Estratégicos
Alargar o uso do Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP)		4 Ministérios preparam QDMP para 2010/2012 (Realizado)	8 Ministérios preparam QDMP 2011/2013	Todos os Ministérios (15) preparam QDMP para 2012-2014	Criadas unidades especializadas QDMP	3	>5	5 OK	Despachos dos Ministros	Direcção Geral do Orçamento MFAP
					Número de sectores com QDMP	2	4	12	Doc existentes	
Execução orçamental:										
Alargar o uso do sistema integrado		Aumentar acesso de unidades de orçamento SIGOF	Adopção de valor acumulado: parte dos bens do Estado contabilizados cumulativamente nas contas do Estado.		% de unidades de orçamento do governo com acesso ao SIGOF	80%	90%	91,2	Relatório DNOCP	MFAP

Controlos internos:										
Aumentar a capacidade da IGF de efectuar mais controlos			Recrutar ou trazer de volta à IGF pessoal formado.		Número de inspecções realizadas pela IGF	39	64	Relatório IGF 2009 falta ass DG	IGF	
					Número de inspecções em FSA e Municípios	14	44	Relatório IGF 2009		
					Número de sessões de formação	5	11	Relatório IGF 2009		
Controlos Externos:										
Melhorar a oportunidade de auditorias às contas do Estado pelo <i>Tribunal de Contas</i>			Aumentar o número de pessoal e orçamento atribuídos ao <i>Tribunal de Contas</i>		Últimas contas do Estado verificadas	Contas do Estado de 2005 verificadas	Contas do Estado de 2006 e 2007 verificadas	Contas do Estado elaborados e 2006/7 verificadas	Parecer sobre conta geral do estado	<i>Tribunal de Contas</i>
Sistema nacional de aquisição pública:										
Melhorar transparência e eficiência		Publicação de novos regulamentos (Realizado)	Avaliar cumprimento de aquisições para pelo menos 3 Ministérios: Finanças, Saúde e Transporte/ Equipamento	Continuar avaliação de cumprimento para pelo menos 5 Ministérios: 3 anteriores + Educação e 1 a designar	% de não cumprimento, contratos por ajuste directo	Na	na	10	0	ARAP
		ARAP & UGAs operacionais nos respectivos ministérios, isto é, pessoal nomeado e regulamento aprovado. (Realizado)	Documentos Nacionais Padrão de Concurso/ Consulta à praça aprovados	Tratar de reclamações de forma transparente e eficiente	% de reclamações tratadas de acordo com os novos regulamentos e publicadas	0	0	50	100	ARAP/UGA
			Desenvolver, adoptar e iniciar implementação duma estratégia nacional sobre capacitação em aquisição pública	Criar o sistema integrado de aquisição pública MIS e M&A para avaliar desempenho	Tempo médio de processamento de aquisições em meses	10	10	10	Relatório actividades 2009	
Website de aquisição pública operacional e acessível publicamente										

Sistema Nacional de Monitorização e Avaliação:									
Torná-lo operacional	Conclusão da avaliação de necessidades de formação em M&A e RBM <i>(Realizado)</i>	Implementação do plano de formação	Implementação de plano de formação	Plano de capacitação para RBM e M&A	0		Plano aprovado	Existe um programa orçamento	DGP DGPOGs/GEPs INE NOSI
	Elaboração dum plano estratégico para M&A e RBM <i>(Realizado parcialmente)</i>	Implementação do plano estratégico	Implementação de plano estratégico	no. de pessoal formado em M&A	8	12	31	PASRP I Relatório 3º Trimestre	
	Todos indicadores de produtos de projectos e programas de 2008 integrados em sistema nacional de M&A <i>(não realizado)</i>	Todos os projectos activos e indicadores de produtos dos programas integrados no sistema nacional de M&A.	Indicadores de produtos e resultados de todos os projectos e programas activos integrados em sistema nacional de M&A	% de projectos & programas com produto medido e/ou indicadores de resultados na base de dados de M&A	0	100% com indicadores de produtos	Falta informação		
Sistema Estatístico:									
Criar um novo sistema estatístico nacional melhorado	Publicação no Boletim Oficial de decretos de aplicação da Lei Estatística <i>Lei nº 35/VII/2009 BO nº9 de 2 Março</i>	Novo organigrama do INE elaborado	Avaliar implementação de plano de acção de 2007-2010 (Agenda Estatística)	Lei estatística aprovada	Lei estatística aprovada	NA	NA	NA	MFAP/INE
				Novo estatuto para o INE			100%	INE	
	Dados de QUIBB 2007 através de STATLINE (website nacional de dados estatísticos) <i>(Realizado)</i>	Conclusão da plataforma ligando o INE ao sistema nacional de M&A	Conclusão de Inquérito ao Sector Privado, Recenseamento da População, Estatísticas sobre Emprego e Turismo	% de dados QUIBB em Statline	40%	100%	Realizado	Site INE	INE/NOSI
		Conclusão de inquérito sobre despesas de turistas		Dados de inquéritos em Statline	NA	100%	Realizado	Site INE	INE/Ministérios sectoriais

			Compilação de dados administrativos e do sector privado sobre turismo e emprego							
Modernização do Estado										
Racionalizar estruturas do Estado para uma administração pública mais rentável		5 Ministérios reestruturados como reflectido no orçamento do Estado 2009 <i>(Realizado)</i>	Continuação de implementação de recomendações de reestruturação	Continuação de implementação de recomendações de reestruturação	Funções de pesquisa em três instituições transferidas para Universidade de Cabo Verde	0	1	3	BO n 36 serie I 9/10/08	UCRE
					Posições na DGPOG dotadas eficazmente de pessoal			10	25	
Descentralização:										
Reforço de capacidade de gestão municipal		Pelo menos 14 municípios ligados ao SIM e a formar o seu pessoal <i>(17 Munic tem SIM)</i>	17 Municípios ligados ao Sistema de Informação Municipal (SIM)	22 Municípios ligados ao SIM	Número de municípios que elaboram contas a tempo	3	9	14	Relatório Final MDHOT 2009	NOSI-DGAL
Reforma da Administração Pública:										
Promover uma administração pública com base no mérito e aumentar as possibilidades de mobilidade dentro e fora.		Aprovação pelo Conselho de Ministros de decreto sobre mobilidade <i>(Realizado)</i>	Aprovação pelo Conselho de Ministros de novo Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS)	Implementação de novo Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS)	Rotatividade de pessoal em cargos de chefia (não mobilidade) em %	N.A.	N.A.	-5	-10	UCRE

Segurança :

Melhora da qualidade da segurança no território de Cabo Verde					Progresso geral da matriz sectorial de segurança		60% de indicadores atingidos	60% de indicadores atingidos	60% de indicadores atingidos	UIF
					Taxa de casos investigados pela policia judiciaria e enviados ao judicio por acusação	54,6	55,0	65,68	Relatório da PJ Jan-Dez 2009	
					Criação e operacionalização da UIF (Unidade de Investigação financeira)	Criação da UIF	Designação dos responsáveis da UIF	Realizada		
							Programa de trabalho	Realizado		
	Manual de repartição de trabalho e procedimentos internos	Foi elaborado um regulamento interno da UIF								

Objectivos a Médio Prazo	Nº	Medidas de Política e Acções			Indicadores	Base 2008	Pontos de Referência			Seguimento (entidade responsável)
		2009	2010	2011			2009	Resultado 2009	Doc. Verifica.	
<i>Pilar 2 Capital Humano</i>										
Ensino básico:										
Melhorar qualidade		Reduzir número de professores não qualificados			% de professores do ensino básico com formação pedagógica	82	84	86,5	Anuário	GEP / Ministério da Educação
		Reforço de monitorização pedagógica								
		Rever programa para cada ciclo								
Ensino secundário:										
Melhorar eficiência		Reduzir número de professores não qualificados			% de abandono escolar no ensino secundário	8.2	8.1	8.0	Anuário	GEP / Ministério da Educação
		Reforço de monitorização pedagógica								
		Rever programa para cada ciclo								
Ensino técnico:										
Melhorar acesso		Coordenar programa com formação profissional			% de alunos do ensino secundário do terceiro ciclo que vão para o ensino técnico.	13.8	13.9	14.3	Anuário	GEP / Ministério da Educação

Ensino e formação profissional (EFP):

Melhorar qualificação de mão-de-obra para satisfazer procura do mercado	Realizar estudos para estimar procura futura de mão-de-obra e necessidades de formação em EFP em vários sectores			Número de estudos sectoriais concluídos	0	2	3	1-Estudo sobre o mercado do emprego 2-Carta For. Profissional 3-Glossário FP	Ministérios do Emprego e Formação Profissional, da Educação e das Finanças
	Reactivar plataformas que satisfaçam oferta e procura de EFP a nível de cada ilha	Proposta de reestruturação do IEFP aprovada em Conselho de Ministros		Taxa de implementação (%) de planos anuais de <i>Centro de Emprego</i> em Mindelo e Praia	NA	>60	90	Relatório actividades IEFP e C. Emprego	
	Decisão ministerial para reactivar e melhorar Fundo de Apoio à Formação (FAF) <i>(Realizado)</i>	Contratos com entidades provedoras a serem financiados com Fundo de Financiamento da Formação Profissional assinados até ao montante de 600 000 Euros		% de fundos FAF utilizados para EFP	0	>20	100,0	Protocolos assinados; Actas do CA FEFP; Relatório execução financeira	

Objectivos a Médio Prazo	Nº	Medidas de Política e Acções			Indicadores	Base 2008	Pontos de Referência			Seguimento (entidade responsável)
		2009	2010	2011			2009	Resultado 2009	Doc. Verifica.	
Pilar 3 Competitividade										
Comércio Internacional:										
Melhor integração de CV no Comércio Internacional		Novo código aduaneiro em conformidade com princípios da OMC aprovado em Conselho de Ministros	Código de Investimento revisto em conformidade com princípios definidos pela OMC em projecto	Nova proposta de lei de propriedade intelectual	Abertura ao comércio, i.e. (importação + exportação de bens + serviços crédito + débito) / em percentagem do PIB	107	107	Falta informação		Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC)
Turismo:										
Estratégia abrangente e sustentável com maior conteúdo local		Plano Director aprovado por Conselho de Ministros (Realizado)	Ponto de partida para todos indicadores de conteúdo locais Escola de Hotelaria de Cabo Verde (EHTCV) em funcionamento Contas satélite para turismo implementadas	Nova legislação revista aprovada para sector do turismo.	Número de formações em EHTCV	0	5 Escola ainda em construção	Plano estratégico aprovado pelo CM em Dez 2009		MECC
Sector Financeiro:										
Reforçar estabilidade		Lei de Microfinanças de 2007 revista para clarificar limitações a aceitação de depósitos Não foi Revista Encerramento de banco offshore que não tenha cumprido legislação (2 Banco offshore encerrado)	Quadro legal IFI revisto para alinhar regime regulador com sistema onshore Quadro legal de supervisão bancária revisto para dar mais autoridade ao BCV	Normas de contabilidade IFRS aplicadas a bancos e companhias seguradoras	Média ponderada (por bens) Rácio de Adequação de Capital (Basel 1) de todo o sistema em %	9,9 (inclui apenas bancos onshore)	≥10	Solvabilidade de do sistema bancário 10%	BO nº7 de 16/02/09 e BO nº 41 de 2/11/09 Relatório e conta BCV no site do BCV	Banco de Cabo Verde (Banco Central)

Imposto:										
Alinhamento de redução nos impostos e incentivos fiscais para melhorar clima de investimento		Redução generalizada nos impostos para negócios	Proposta de lei de incentivos fiscais aprovada pelo Conselho de Ministros	Lei aprovada pelo Parlamento	Percentagem de impostos	30	25	25	BO nº 48 29/Dez/08	
					Investimentos					
Clima de negócios:										
Serviços do governo melhorados		Casa do cidadão operacional com x serviços	Proposta de lei de falências preparada		Nº Empresas criadas via Casa do Cidadão por ano	600	630	780	www.portoandinosilha.c v	MREDN Casa do Cidadão

Objectivos a Médio Prazo	Nº	Medidas de Política e Acções			Indicadores	Base 2008	Pontos de Referência			Seguimento (entidade responsável)
		2009	2010	2011			2009	Resultado 2009	Doc. Verifica.	
Pilar 4 Infra-estrutura										
Ordenamento do Território:										
Planeamento do território melhorado (política de utilização)		Lei do Cadastro aprovada e <i>task force</i> nomeada para operacionalizar	Planos de desenvolvimento de todas as ilhas (EROTs) concluídos e aprovados por GOCV	Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico para Cabo Verde concluído e aprovado	No. de EROT concluídos / 4	0	3 (aprovado)	3 em fase de aprovação	Relatório DGOT	MDHOT/DGHO T e câmaras municipais
					No. de PDM / 22	0	11	1 aprovado (15 em preparação)	Relatório DGOT	
Água:										
Melhorar acesso de famílias a sistema público		Alargar a rede a bairros pobres	Reduzir taxa de ligação para os pobres		Taxa de ligação de famílias dos conselhos de Praia, Mindelo, Boavista e Sal à rede pública de abastecimentos de água potável canalizada.	49.5	51	56	Falta publicação no site	Ministério de Infra-estruturas e Transportes, INGRH, CAN
			Reduzir custos de produção							
			Aumentar capacidade de dessalinização							
Saneamento:										
Melhorar acesso de famílias a sistema público			Diminuir a taxa de ligação para os pobres		% de famílias ligadas ao sistema de saneamento público	18	19	19	Falta publicação no site	Ministério de Infra-estruturas e Transportes, Ministério do Ambiente

Gestão do Ambiente										
Implementação satisfatória da política ambiental do governo (PANA II)		Implementação do PANA II	Implementação do PANA II	Implementação do PANA II	Avaliação de relatório de implementação anual do PANA II pelo CNA	Avaliação positiva por CNA	Avaliação positiva por CNA	Avaliação positiva por CNA		PANA II Relatório de Progresso Anual e actas das reuniões CNA
Melhorar governação sectorial		Ver matriz sectorial específica	Ver matriz sectorial específica	Ver matriz sectorial específica	Média de critérios de boa governação (Cf. matriz sectorial)	Média igual ou superior a 60%	Média igual ou superior a 60%	(Realizado 68.75%)		Avaliação por parceiros de apoio ao orçamento durante missões conjuntas
Melhorar condições do ambiente		Ver matriz sectorial específica	Ver matriz sectorial específica	Ver matriz sectorial específica	Média de critérios de gestão do ambiente (Cf. matriz de apoio orçamento sectorial)	Média igual ou superior a 60%	Média igual ou superior a 60%	(Realizado 66.5%)		
Energia:										
Restaurar viabilidade financeira de sector da electricidade		Formular a estratégia sectorial de desenvolvimento a médio prazo incluindo evolução institucional da Electra (Realizado 66.5%)	Investimentos para redução de custos de produção para Electra		Rácio de cobertura de serviço da dívida de Electra	0.3	0.75	0,7	Aguarda doc oficial	ARE / MECC
			Investimentos na capacidade de produção de (...) ?		Perdas técnicas e não técnicas como % de produção de MGW	30	28	26,13	Electra Direcção de Planeament	
Aumentar capacidade de produção, incluindo energia renovável				Capacidade de produção em MW	73.9	77.6	98	Informação DGEnergia		
				% de energia renovável	3	3	3	Aguarda DGEnergia		

Objectivos a Médio Prazo	Nº	Medidas de Política e Acções			Indicadores	Base 2008	Pontos de Referência			Seguimento (entidade responsável)
		2009	2010	2011			2009	Resultado 2009	Doc. Verifica.	
Pilar 5 Coesão Social										
Direccionar acções sociais:										
Programa piloto		Inquérito qualitativa e plano de acção	Programa piloto	Avaliação de desempenho de sistemas de determinação do alvo.	Número de beneficiários de pensões sociais	22.500	22.900	22.946	Relatório Actividades 2009	MTS
		Actualização de mapa da pobreza	Desenvolvimento de métodos semelhantes: (formações e inquéritos)	Mapa actualizado com recenseamento de 2010						
			Mapa actualizado com QUIBB 2007							
Apoio a sectores prioritários										
Educação		Implementar prioridades de DECRP II em orçamento de 2009	Implementar prioridades de DECRP II em orçamento de 2010	Implementar prioridades de DECRP II em orçamento de 2011	Taxa de execução do orçamento da Educação – investimento com fundos próprios	78%	>80%	82%	SIGOF	Direcção Geral de Planeamento (MF)
Saúde		Implementar prioridades de DECRP II em orçamento de 2009	Implementar prioridades de DECRP II em orçamento de 2010	Implementar prioridades de DECRP II em orçamento de 2011	Taxa de execução do orçamento da Saúde – investimento com fundos próprios	70,0%	>75%	98%	SIGOF	DGP
Proteger pessoas vulneráveis:										
Conceder habitação		Criação de Fundo de Promoção de Habitação Social	Fornecer recursos financeiros ao fundo	Fornecer recursos financeiros ao fundo	No. de pessoas vulneráveis alojadas ou a beneficiar de reabilitação das suas habitações	628	700		Deve ser revisto os dados relatório	Ministério da Habitação , IFH Municípios Fundo SHP

Objectivos a Médio Prazo	Nº	Medidas de Política e Acções			Indicadores	Base 2008	Pontos de Referência			Seguimento (entidade responsável)
		2009	2010	2011			2009	Resultado 2009	Doc. Verifica.	
Conceder acesso a aconselhamento legal básico em questões legais mais prementes		Criação e reabilitação de centros jurídicos com ampla cobertura	Medida a determinar que garantirá sustentabilidade de centros jurídicos.		No. de centros jurídicos a funcionar.	7	11	11	Relatório Casa Direito	Ministério da Justiça / PIU
			Sistema de recolha de dados criado		No. de aconselhamentos por centro jurídico.	150	>200	276	Relatório Casa Direito	

ARE – Agência de Regulação Económica
ARAP – Agência Reguladora de Aquisições Públicas
CIAP- Comissão Independente para Aquisições Públicas
CNA – Conselho Nacional do Ambiente
ELECTRA- Companhia de Electricidade e Água
MECC – Ministério da Economia Crescimento e Competitividade
NOSI- Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
PCCS – Plano de Cargos Carreiras e Salários
RBM – Monitorização com Base nos Resultados
SP – Protecção Social
TdC – Tribunal de Contas
TSF – Fundo de Apoio à Formação
TVET- Formação e Ensino Técnico e Profissional
UGA- Unidade de Gestão de Aquisições
UCRE- Unidade de Coordenação para a Reforma do Estado